

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 068/2024
Data: 01/08/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ELDORADO AUMENTA EM 45% A OPERAÇÃO COM CELULOSE NO PORTO DE SANTOS.....	4
COM EMBARQUES EM SANTOS, NAVIO MSC SPLENDIDA ESTARÁ NA TEMPORADA DE CRUZEIROS PELA AMÉRICA DO SUL.....	5
NAVIOS VERDES TERÃO PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO NO PARANÁ.....	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
PREÇO DO GÁS NATURAL VAI BAIXAR EM PERNAMBUCO.....	7
FATURAMENTO DA INDÚSTRIA AVANÇA 6,3% EM JUNHO, DIZ CNI.....	8
PAINÉIS SOLARES E PÁS EÓLICAS IMPULSIONAM CARGAS NO PORTO DE PECÉM.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024, NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA (7)10	
PUBLICADA PAUTA DA 569ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI DO HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DE PECÉM (CE).....	11
COM INVESTIMENTOS DE R\$ 570 MILHÕES, GOVERNO ENTREGA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE MATO GROSSO	12
PORTAL PORTO GENTE	13
ECOVIAS PROSSEGUE COM OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE PAVIMENTO NO TRECHO DE SERRA DA VIA ANCHIETA DURANTE O MÊS DE AGOSTO.....	13
HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 5,8% NA QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA.....	14
NOVA ERA DA ENERGIA SOLAR E DO HIDROGÊNIO VERDE.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – A FACA SOBRE O SONHO DE UM GRANDE PAÍS.....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Estádio I</i>	17
<i>Estádio II</i>	17
<i>Representatividade I</i>	17
<i>Representatividade II</i>	17
<i>Aumento</i>	18
NACIONAL - CORTE NO ORÇAMENTO CONGELA R\$ 1,5 BI DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	18
NACIONAL - GOVERNO ENTREGA MELHORIAS EM QUATRO AEROPORTOS DO MT.....	19
REGIÃO NORDESTE - LULA VAI SANCIONAR MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO VERDE NO PECÉM.....	20
LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO ATINGE R\$ 17 BILHÕES E BATE RECORDE.....	21
REGIÃO SUL - SALGADO FILHO DEVE RETOMAR OPERAÇÃO DE VOOS INTERNACIONAIS EM DEZEMBRO.....	23
REGIÃO SUL - NAVIOS VERDES PASSAM A TER PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO NOS PORTOS PARANAENSES.....	24
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - PRÓXIMA TEMPORADA DE CRUZEIROS EM SANTOS TERÁ 133 ESCALAS.....	25
REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM CRESCIMENTO DE 16% NA MOVIMENTAÇÃO.....	26
REGIÃO SUDESTE - ELDORADO COMEMORA 1 ANO EM SANTOS COM AUMENTO DE 30% NA PRODUTIVIDADE.....	26
BAHIA ECONÔMICA - BA	28
PROJETOS DE VLT NA RIBEIRA E NO COMÉRCIO TÊM VERBA LIBERADA PELO PAC.....	28
ALÇA DE ACESSO À PIRAJÁ PELA BR-324 É BLOQUEADA TEMPORARIAMENTE.....	28
COM APORTE DE 20 MILHÕES, LARCO INAUGURA NOVA BASE PRÓPRIA EM JUAZEIRO.....	29
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	30
OBRAS DO VLT BLOQUEIAM NOVOS TRECHOS ATÉ O FIM DE AGOSTO.....	30
TECON SANTOS ALCANÇOU O RECORDE DE 121,8 MIL CONTÊINERES MOVIMENTADOS EM JULHO.....	30
HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 5,8% NA QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA.....	31
BNDES E ANTAQ FIRMAM ACORDO PARA IMPULSIONAR INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA NO BRASIL.....	32
JULHO ATINGE RECORDE DE ABERTURAS DE MERCADOS PARA O MÊS.....	33
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	33
POR RISCO CLIMÁTICO, MME PEDE EXCLUSÃO DE LOTE DE LEILÃO DE TRANSMISSÃO.....	33
MME TENTA INCLUIR USO DE RECEITA DO ÓLEO NA CDE EM PROJETO DE REFORMA DO SETOR ELÉTRICO.....	35
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO AGRAVA ATIVIDADES DA ANP.....	37



OS OVOS DE OURO DA TRANSIÇÃO.....	38
MAIS DE 30 PAÍSES PEDEM PAUSA NA MINERAÇÃO NO FUNDO DO MAR.....	39
JORNAL O GLOBO – RJ.....	41
GOVERNO LULA APERTA REGRA E TRAVA R\$ 47 BI EM GASTOS DOS MINISTÉRIOS ATÉ SETEMBRO; ENTENDA.....	41
GOVERNO FEDERAL PEDE AO STF MAIS PRAZO PARA CONCILIAÇÃO EM PROCESSO QUE DISCUTE PODER DE VOTO NA ELETROBRAS.....	43
FÓRMULA QUE ELEVA PARA R\$ 50 BI O BLOQUEIO DE GASTOS ALIVIA A PRESSÃO QUE VINHA DO RISCO FISCAL.....	43
CONSELHO DA PETROBRAS SUBSTITUI LÍDER DO COMITÊ DE AUDITORIA EM REUNIÃO SEM EXPLICAÇÕES.....	44
TCU CONCLUIU QUE HOUVE IRREGULARIDADES EM CONTRATO DA PETROBRAS COM PETROQUÍMICA UNIGEL.....	45
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	46
GOVERNO LULA QUER DE VOLTA TERRENO DOADO AO EXÉRCITO DURANTE GESTÃO BOLSONARO PARA CONSTRUIR VLT....	46
NÃO HÁ BALA DE PRATA PARA UMA SIDERURGIA MAIS LIMPA, MAS GÁS NATURAL É APOSTA, DIZ CEO DA GERDAU.....	49
SABESP NEGOCIA EMPRÉSTIMO DE R\$ 1,2 BI PARA DESPOLUIR O TIETÊ.....	52
GOVERNO PEDE AO STF MAIS 45 DIAS PARA ACORDO COM ELETROBRAS SOBRE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA EMPRESA.....	53
MERCADANTE DIZ QUE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA CARROS ELÉTRICOS PODERIA SER 'MAIS SEVERO'.....	54
PETROBRAS ELEVA PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM 7,1%; ALTA ACUMULADA NO ANO É DE 0,8%.....	55
ANÁLISE - LULA INSISTE NA QUEDA DOS JUROS, MAS É O PRINCIPAL FORNECEDOR DAS RAZÕES PARA A SELIC ALTA.....	55
VALOR ECONÔMICO (SP).....	57
NOVOS PROJETOS EM MG, GO, TO E SP INTERESSAM, MAS ECORODOVIAS SERÁ SELETIVA, DIZ PRESIDENTE.....	57
MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,47% NA BOLSA DE DALIAN.....	58
A OPORTUNIDADE DE PRECIFICAR AS EMISSÕES DO TRANSPORTE MARÍTIMO.....	58
GOVERNO DEVE PRESSIONAR ANACE E FRAPORT PARA ACELERAR A RETOMADA DE VOOS NO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE60	
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	61
CANAL DO PANAMÁ ANUNCIA NOVO MÉTODO DE ALOCAÇÃO DE SLOTS DE LONGO PRAZO PARA NAVIOS NEOPANAMAX.....	61
VTMIS DO PORTO DE SANTOS ENTRA EM NOVA FASE.....	62
AUMENTO DA MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DEMANDA GESTÃO DE RISCO MAIS EFICAZ.....	63
RINA VAI LEVAR INOVAÇÕES EM SUSTENTABILIDADE À NAVALSHORE 2024.....	64
NORBE IX DA FORESEA REALIZARÁ OPERAÇÕES AUTOMATIZADAS NA PERFURAÇÃO OFFSHORE.....	65
PROJETO DE TUP DE GRANÉIS SÓLIDOS NO MARANHÃO SEGUE PARA MPOR.....	65
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	66
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOS SHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM.....	67



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ELDORADO AUMENTA EM 45% A OPERAÇÃO COM CELULOSE NO PORTO DE SANTOS

Novo terminal da empresa no cais santista completou um ano com 1,8 milhão de toneladas movimentadas

Por Bárbara Farias



Com o arrendamento da área e infraestrutura, a Eldorado investiu mais de R\$ 500 milhões no terminal (Alexsander Ferraz)

O terminal multimodal EBLog, da Eldorado Brasil Celulose, no Porto de Santos, completou nesta quarta-feira (31) um ano de operação, alcançando a movimentação de 1,8 milhão de toneladas de celulose no período. O total é 45% maior em relação ao ano anterior, quando a companhia operava em uma estrutura menor.

O terminal é dotado de equipamentos modernos e conta com berços para atracação simultânea de dois navios. Instalado na área do STS14, no Estuário, tem 52 mil metros quadrados e capacidade estática para armazenar 150 mil toneladas de produtos.

O EBLog é o maior terminal de celulose do País, segundo o diretor de Logística da empresa, Flávio da Rocha Costa. “Contando com o arrendamento da área e infraestrutura, a Eldorado investiu mais de R\$ 500 milhões no terminal”.

O diretor afirma que o terminal é fruto de um trabalho de cinco anos e que, além de contar com mais espaço para armazenagem e operação, houve um ganho logístico. “Nós tínhamos um terminal pequeno, longe do Porto, e era preciso rodar quase oito quilômetros (ida e vinda) para embarcar a carga no navio. Hoje, percorremos 25 metros até o cais”.

Flávio pontua que, somente nesse primeiro ano, a produtividade foi 30% melhor do que no ano anterior. “Nós mantivemos uma parcela em contêiner e concentramos toda a nossa operação de break bulk nesse terminal, que é quando a gente põe a carga no porão do navio”.

Ele destaca a eficiência operacional na otimização de equipamentos para realizar operações diversificadas. “Os mesmos equipamentos que usamos para descarregar vagão de trem são usados para transportar o contêiner e fazer a estufagem. Eu coloco a carga dentro do contêiner que será embarcado na BTP (Brasil Terminal Portuário)”.



“Estamos preparados para trazer essa carga de trem. Temos quatro linhas, com capacidade para colocar 72 vagões dentro do terminal e dois pórticos automatizados, onde o operador, apertando um ou dois botões, fará uma sequência de descarga de quatro vagões”, afirma o diretor de Logística da Eldorado Celulose (Alexsander Ferraz)

Quanto ao transporte da celulose, que é produzida pela própria Eldorado, Flávio diz que o tempo de descarga dos caminhões foi otimizado em 40%, graças a um sistema de controle digital que monitora a chegada do veículo desde Cubatão, faz a identificação e indica a posição onde ele deve estacionar.

Além disso, diretor ressalta que a companhia está investindo em uma tecnologia inovadora que otimizará o desembarque da carga no terminal pelo modal ferroviário. “Estamos preparados para

trazer essa carga de trem. Temos quatro linhas, com capacidade para colocar 72 vagões dentro do terminal e dois pórticos automatizados, onde o operador, apertando um ou dois botões, fará uma sequência de descarga de quatro vagões”.

Costa menciona ainda o recorde alcançado em março deste ano, “quando 21 mil toneladas foram embarcadas em um único dia”.

Conforme o balanço da Eldorado, em 12 meses, mais de 20 mil caminhões foram descarregados, cerca de 2 mil contêineres estufados (carregados) e mais de 60 navios operados. “A Eldorado exporta para mais de 40 países, tendo a China como o maior comprador”, afirma Flávio Costa.



Empresa investe em tecnologia para otimizar operação com celulose (Alexsander Ferraz)

Companhia entrega policlínica, passarela e viaduto na Cidade

Ao arrendar o STS14, na Margem Direita do Porto de Santos, a Eldorado se comprometeu a realizar um pacote de contrapartidas, que englobaram a construção de uma policlínica e a urbanização, com ciclovia, do canteiro central da Avenida Governador Mário Covas Júnior, onde também foram erguidos uma passarela de pedestres e um viaduto para veículos. As contrapartidas foram realizadas por meio de parceria firmada com a Prefeitura e a Autoridade Portuária de Santos (APS).

O diretor de Logística do EBLog, Flávio da Rocha Costa, destaca os benefícios que a empresa tem proporcionado para Santos. “Não somente porque a celulose é um produto limpo, sustentável, mas também porque nós construímos uma unidade de saúde, o que é um marco importante, assim como a passarela que atende quase mil pessoas por dia e é uma forma de ligar a Cidade ao Porto”.

A Policlínica do Estuário foi inaugurada pela Administração Municipal no início deste ano e beneficia cerca de 16 mil pessoas. A companhia investiu R\$ 4 milhões na USF.

“Com o funcionamento dessa nova unidade de saúde, a Eldorado reafirma seu compromisso com a comunidade santista do entorno do Porto de Santos, para a melhoria da qualidade de vida. As famílias se beneficiam diretamente com a redução de filas e têm acesso a importantes serviços essenciais de saúde”, destaca o gerente de Logística do EBLog, da Eldorado Brasil, Marcelo Falcão.

Já na passarela de pedestres, entregue em julho último, foram injetados R\$ 5 milhões. Além da passarela, a área foi revitalizada com uma nova praça e playground para as crianças, situada ao lado do novo acesso.

Além disso, três painéis artísticos, com mais de dez metros de altura, foram pintados pelo artista Jabah na telha externa do terminal. As pinturas representam o plantio de eucaliptos, a floresta e a fábrica de celulose da Eldorado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/08/2024

COM EMBARQUES EM SANTOS, NAVIO MSC SPLENDIDA ESTARÁ NA TEMPORADA DE CRUZEIROS PELA AMÉRICA DO SUL

Será o sexto navio da companhia confirmado que realizará cruzeiros regulares pela região
Por A Tribuna.com.br

A MSC Cruzeiros anunciou a inclusão do MSC Splendida à sua programação de navios que navegarão pela América do Sul durante a temporada 2024/2025, tornando-se o sexto navio confirmado que realizará cruzeiros regulares pela região.



O MSC Splendida partirá de Santos, todas às sextas-feiras, entre 13 de dezembro de 2024 e 21 de março de 2025 (Carlos Nogueira/Arquivo AT)

O MSC Splendida oferecerá embarques em Santos, para cruzeiros de sete noites com escalas em destinos encantadores, incluindo a capital argentina, Buenos Aires, Punta Del Este, no Uruguai, e Balneário Camboriú e Itajaí, em Santa Catarina. Também será possível embarcar em Itajaí.

O MSC Splendida partirá de Santos, todas às sextas-feiras, entre 13 de dezembro de 2024 e 21 de março de 2025.

"Estamos empenhados em proporcionar aos nossos hóspedes ainda mais oportunidades de férias inesquecíveis e a chegada do MSC Splendida, o nosso sexto navio para a temporada 2024/2025, em dezembro, representa exatamente isso. Estamos oferecendo aos viajantes brasileiros o melhor em gastronomia, entretenimento, diversas opções de lazer e relaxamento, além de acomodações extremamente confortáveis, tudo em uma única viagem em diferentes itinerários, partindo do Brasil", comentou o diretor geral da MSC Cruzeiros no Brasil, Adrian Ursilli.



Teatro é uma das atrações do MSC Splendida (Divulgação/MS)

O Splendida tem 1.637 cabines, sendo que 75% possuem varandas com vistas panorâmicas do horizonte e dos destinos da região. O navio, para 4.363 passageiros, oferece entretenimento para toda a família com amplo teatro, restaurantes com sofisticadas refeições de culinária internacional, piscina ao ar livre e piscina com teto retrátil, ideal para todas as condições climáticas, e um spa balinês.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 01/08/2024

NAVIOS VERDES TERÃO PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO NO PARANÁ

Medida faz parte do regulamento de Programações, Operações e Atracações de Navios – Edição 2023

Por ATribuna.com.br



Medida beneficiará as embarcações com estruturas de matriz energética focadas na redução de emissões de gases do efeito estufa (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

Os navios sustentáveis, conhecidos como navios verdes, passarão a ter prioridade para atracação nos portos paranaenses. A medida faz parte do regulamento de Programações, Operações e Atracações de Navios – Edição 2023, e beneficiará as embarcações com estruturas de matriz energética focadas na redução de emissões de gases do efeito

estufa.

O diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, explica que a atracação prioritária concede berços preferenciais, independente da ordem cronológica de chegada. "A regra foi definida buscando fidelizar navios sustentáveis em Paranaguá, seguindo nosso objetivo de liderar as questões relacionadas à sustentabilidade e processos ambientais", enfatizou Garcia.

Segundo o diretor de Meio Ambiente, João Paulo Santana, a medida é importante para reforçar o compromisso da empresa pública com a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável



(ODS), em especial no setor portuário. “Além de buscarmos a descarbonização dos portos paraenses, estamos incentivando que cada vez mais os navios ecológicos tenham como destino o Estado do Paraná”, reforçou Santana.

O diretor de operações, Gabriel Vieira, afirma que a medida busca incentivar as empresas a investirem na redução de emissões de CO2.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 01/08/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

PREÇO DO GÁS NATURAL VAI BAIXAR EM PERNAMBUCO

A redução do preço do gás natural (canalizado) em Pernambuco entra em vigor nesta quinta-feira (1º).

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Em Pernambuco, o gás natural canalizado terá uma redução das tarifas, em média, de -1,12% a partir desta quinta-feira (1º). O metro cúbico será comercializado, em média, por R\$ 2,74. O decréscimo foi anunciado nesta quarta-feira (31) pela Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe) depois de calcular a recomposição trimestral do preço deste combustível.

O preço do gás canalizado varia de acordo com o tipo de consumidor. A redução será mais expressiva para os clientes dos grupos de climatização, cogeração e geração de energia elétrica que terão uma queda de -1,19% na tarifa. O Gás Natural Veicular (GNV) na bomba deve ficar em torno de R\$ 4,59 o metro cúbico. Antes da redução, esta média era de R\$ 4,63 o metro cúbico.

“A redução da tarifa do gás encanado em Pernambuco traz mais competitividade para o Estado, incentiva nosso desenvolvimento econômico e tudo isso acaba se refletindo na vida de cada homem e mulher que vive neste chão”, afirmou a governadora Raquel Lyra (PSDB). O gás canalizado é vendido em Pernambuco pela Companhia Pernambucana do Gás (Copergás), que tem o governo do Estado como um dos sócios.

A queda no preço do combustível é uma consequência da alteração de preço do gás das empresas que fornecem o produto para a Copergás, sendo resultado da média ponderada do que é cobrado pelos fornecedores. Também influenciaram na redução a variação do dólar e do preço barril de petróleo no mercado internacional.

A alteração nas tarifas do gás canalizado, em Pernambuco, acontece trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sempre no dia 1º do mês.

O diretor-presidente da Arpe, Carlos Porto Filho, destaca o impacto que a queda nas tarifas trará para as diversas atividades de consumo do Estado. “São ações que conseguem atenuar cenários de elevação de preços em outros setores, reduzindo custos de produção e fortalecendo a nossa competitividade”, explicou o gestor.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 01/08/2024

FATURAMENTO DA INDÚSTRIA AVANÇA 6,3% EM JUNHO, DIZ CNI



Recuperação reflete superação de problemas ocorridos em maio, quando a atividade da indústria foi afetada por greves nos setores de veículos automotores e pelos efeitos das chuvas no RS

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, alta mostra recuperação da queda de 4,8% observada em maio. Foto: Miguel Ângelo/CNI

O faturamento real da indústria de transformação do país cresceu 6,3% em junho deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta mostra recuperação da queda de 4,8% observada em maio. Com o resultado, o setor acumula um crescimento de 1,4% em seu faturamento real, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (1º) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“A recuperação trazida pelos indicadores em junho reflete a superação de uma série de problemas que afetaram a atividade em maio, quando a produção industrial tinha sido muito afetada por greves nos setores de veículos automotores e pelos efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul”, afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Segundo ele, as enchentes gaúchas afetaram não apenas o setor industrial do Rio Grande do Sul, como fábricas que dependem de insumos produzidos naquele estado.

Indicadores da indústria brasileira

O indicador de número de horas trabalhadas na indústria brasileira cresceu 2,2% entre maio e junho e acumulou uma alta de 2,6% no primeiro semestre. A massa salarial real do setor também avançou de maio para junho (4,3%) e no acumulado do semestre (3,8%).

Já o rendimento médio dos trabalhadores apresentou crescimentos de 4,2% em junho, na comparação com maio e de 2,2%, no primeiro semestre.

O emprego no setor foi o único indicador que não teve alta no mês, já que se manteve estável de maio para junho. No acumulado do semestre, o emprego na indústria acumula alta de 1,6%, de acordo com a CNI.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 01/08/2024

PAINÉIS SOLARES E PÁS EÓLICAS IMPULSIONAM CARGAS NO PORTO DE PECÉM

Avanço na geração de energias renováveis no Ceará e em áreas vizinhas de influência do Porto de Pecém influenciou no volume de carga movimentada no 1º semestre

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Projetos ligados à transição energética vêm usando o Porto de Pecém como ponto de desembarque de equipamentos de grande porte. Foto: Tiago Stille/Casa Civil

A movimentação de cargas do Porto do Pecém cresceu 11,3% no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram quase 9 milhões de toneladas movimentadas de janeiro a junho. Já em 2023, o total movimentado no período foi de 8.084.645 toneladas. A movimentação de contêineres também cresceu: foram 235.186

TEUs, resultado 16% maior que o obtido no mesmo período de 2023.



“Tivemos uma série de conquistas significativas. Duas ações gerenciais foram importantes no crescimento desses índices: recentemente, selamos novos contratos na área da mineração, destacando a exportação de minério de ferro, que é um marco importante para nossa estratégia de expansão no setor. Além disso, tivemos a implementação de uma nova linha de contêiner na cabotagem, que está garantindo uma maior eficiência e sustentabilidade nas operações”, aponta Hugo Figueirêdo, presidente do Complexo do Pecém.

Além disso, ele destaca o aumento da importação de painéis solares e a movimentação de pás eólicas. “Esse crescimento é reflexo do avanço na geração de energias renováveis no Ceará e em áreas vizinhas de influência do Porto. É resultado também do apoio do governador Elmano de Freitas, que tem tratado pessoalmente dos grandes projetos ligados à transição energética e que têm o Complexo do Pecém como ponto focal para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará”, explica.

Dados por navegação

A navegação de cabotagem registrou aumento de 9%, movimentando 5.804.926 toneladas. Os principais produtos movimentados no desembarque foram minérios (2.307.760 t), cereais (252.989 t), combustíveis minerais (209.235 t) e plásticos e suas obras (106.089 t). Já no embarque, foram ferro fundido (391.108 t), sal (350.724 t, plásticos e suas obras (111.870 t) e cereais (67.661 t).

Já a navegação de longo curso teve crescimento de 16% (3.192.883 toneladas) em comparação com 2023. No desembarque foram movimentados principalmente combustíveis minerais (1.233.071 t), ferro fundido (274.493 t) e máquinas (10.107 t). Já no embarque, destaque para ferro fundido (1.130.585 t), minérios (265.076 t), sal (31.479 t) e combustíveis minerais (19.862 t).

Para o diretor comercial do Complexo do Pecém, André Magalhães, o resultado é reflexo também do compromisso dos diversos setores do Porto. “Nossa equipe está comprometida em manter esses bons índices. Esses avanços são um testemunho do nosso compromisso com a inovação e o desenvolvimento da econômico do Estado do Ceará”, conclui.

Porto de Pecém



Stille/Casa Civil

O Porto do Pecém é um terminal multicargas por movimentar granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres e cargas em geral nos 10 berços que possui. Na cadeia logística do transporte marítimo, é considerado um Hub Portuário – hoje conectado por sete linhas de cabotagem e três de longo curso. O porto faz parte do Complexo do Pecém (CIPP S/A), uma joint venture formada pelo Governo do Estado e pelo Porto de Roterdã.

Porto de Pecém teve aumento na movimentação de contêineres, com 16% a mais do que no 1º semestre de 2023. Foto: Tiago

PRINCIPAIS NÚMEROS (JANEIRO A JULHO DE 2024)

Movimentação total

8.997.809 toneladas - Crescimento de 11,30% em relação ao mesmo período de 2023

Movimentação de contêineres

235.186 TEUs - Crescimento de 16% em relação ao mesmo período de 2023

Desembarques

5.567.985 toneladas - (+7,44% em relação ao mesmo período de 2023)

Embarques

3.360.341 toneladas - (+17,71% em relação ao mesmo período de 2023)



Sentido da navegação

Cabotagem

5.804.926 toneladas - (+9% em relação ao mesmo período de 2023)

Principais produtos

Desembarque: minérios, cereais, combustíveis minerais, plásticos e suas obras

Embarque: sal, ferro fundido, plásticos e suas obras, cereais

Longo Curso

3.192.883 toneladas - (+16% em relação ao mesmo período de 2023)

Principais produtos

Desembarque: combustíveis minerais, máquinas, ferro fundido

Embarque: ferro fundido, combustíveis minerais, sal e minérios

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 01/08/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024, NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA (7)

Dados serão apresentados no edifício sede da Agência, em Brasília (DF), e por transmissão no canal do YouTube da ANTAQ



Desempenho aquaviário_Banner portal_01.png

Brasília, 01/08/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgará, na próxima quarta-feira (07), às 11h, os dados da movimentação anual portuária no primeiro semestre de 2024. Esses números são do Painel Estatístico Aquaviário da autarquia.

Será apresentado um compilado da movimentação de cargas nos portos brasileiros; os números de transporte de cargas em hidrovias; o total de movimentação dos produtos agrícolas, minerais, industriais e combustíveis; entre outros.

O evento contará com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e dos diretores Flávia Takafashi, Wilson Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias, além de representantes do Ministério de Portos e Aeroportos e de entidades do setor portuário.

Será possível acompanhar o evento de forma presencial, no edifício sede da ANTAQ em Brasília (DF), e virtualmente por meio do canal do YouTube da ANTAQ - <https://www.youtube.com/watch?v=B0glzdinGUK>. Dúvidas da imprensa podem ser enviadas para o email: imprensa@antaq.gov.br

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 01/08/2024



PUBLICADA PAUTA DA 569ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA

A reunião, que iniciará na próxima segunda-feira (05), será virtual e terá a duração de 48 horas

Brasília, 01/08/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realiza a sua 569ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 14h de 05 de agosto até às 17h do dia 07 de agosto.

Nesta modalidade cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Confira a pauta da 569ª Reunião Ordinária de Diretoria.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 01/08/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI DO HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DE PECÉM (CE)

Presidente Lula sancionará não apenas a Lei do Hidrogênio Verde, mas também o Projeto de Lei que assegura o financiamento da Transnordestina, impulsionando o futuro sustentável e o desenvolvimento da infraestrutura brasileira

Nesta sexta-feira (2), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participará da cerimônia de sanção da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que será assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará. Na mesma ocasião, o presidente Lula também sancionará o Projeto de Lei que garante o financiamento da Transnordestina.

O Complexo Portuário do Pecém, com mais de 19 mil hectares de área, destaca-se por sua infraestrutura robusta e localização geográfica privilegiada, consolidando-se como o principal centro do Hidrogênio Verde (H2V) no Brasil. O local abriga os primeiros projetos voltados para energias renováveis no país. De janeiro a março de 2024, o Porto registrou um crescimento de 18% na movimentação, totalizando 4,4 milhões de toneladas de carga.

O evento contará com a presença dos ministros Renan Filho (Transportes), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e do governador do Ceará, Elmano de Freitas.

Credenciamento

Os profissionais de comunicação interessados em realizar a cobertura do evento devem se cadastrar até às 19h desta quinta-feira (1), pelo site. O evento terá transmissão ao vivo no YouTube do Canal Gov.

SERVIÇO

Cerimônia de sanção da Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono
Data: Sexta-feira, 2 de agosto
Horário: 10h

Local: Porto do Pecém - Esplanada do Pecém, s/n - Distrito do Pecém, São Gonçalo do Amarante
Transmissão: Canal Gov no YouTube
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 01/08/2024

COM INVESTIMENTOS DE R\$ 570 MILHÕES, GOVERNO ENTREGA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE MATO GROSSO



Reformas incluem adequação de terminais, pátios e pistas, garantindo mais segurança e conforto aos passageiros

Presidente Lula e ministro Silvio Costa Filho inauguram obras nos aeroportos de Mato Grosso - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) entregou, nesta quarta-feira (31), as obras de expansão e modernização de quatro aeroportos do estado de Mato Grosso. Ao todo, foram investidos 570 milhões nos terminais aeroportuários de Cuiabá (Marechal Rondon), Sinop (Presidente João Batista Figueiredo), Rondonópolis (Maestro Marinho Franco) e Alta Floresta (Piloto Osvaldo Marques). Do valor total de investimentos, 372 milhões fazem parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As reformas incluem adequação de terminais, pátios e pistas, garantindo mais segurança e conforto aos passageiros. No Aeroporto Internacional de Cuiabá Marechal Rondon, foram feitas reforma, ampliação e modernização dos espaços, além da implementação de importantes melhorias operacionais, como a nova praça de alimentação, um mix comercial mais diversificado, novos elevadores, escadas rolantes e esteiras de bagagem, além de atualizações do novo sistema de ar-condicionado do terminal.

Nos aeródromos de Sinop, Alta Floresta e Rondonópolis, a Centro-Oeste Airports (COA), gestora dos terminais, construiu novos terminais de passageiros, mais amplos e modernos, e realizou intervenções que melhoram a segurança operacional dos empreendimentos, ampliou as pistas e o pátio e instalou novos auxílios na navegação aérea. Todos eles receberam novos sistemas de climatização e de informação de voo, de comunicação e de segurança, além de novas áreas comerciais.

Em seu discurso durante a cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho destacou o momento importante para a aviação do estado do Mato Grosso e afirmou que os aeroportos serão fundamentais para o desenvolvimento da infraestrutura, para a economia e para o turismo da região. Demanda histórica da região, Costa Filho indicou que o principal aeroporto do estado abrirá, em breve, suas portas para receber e operar voos para todo o mundo.

“Nas próximas semanas, estaremos com o aeroporto de Cuiabá internacionalizado para receber voos do mercado internacional, tendo em vista a importância do agronegócio aqui para o Estado, que, hoje, cresce quase 10% do PIB, e que vem gerando emprego, mas sobretudo o Estado que vem produzindo muitas riquezas para o Brasil. A ampliação dos aeroportos são fundamentais para o desenvolvimento da infraestrutura do modal aéreo. Mais do que isso: será um grande vetor para alavancar o turismo da região”, afirmou.

Costa Filho disse ainda que, no segundo semestre de 2024, o presidente Lula irá inaugurar mais 30 novos aeroportos e anunciar mais 15 terminais aeroportuários. “Esse ano, nosso modal aéreo vai crescer mais de 10% e a perspectiva nos próximos 3, 4 anos é que nós possamos chegar a mais de 4 milhões e meio de passageiros viajando aqui no aeroporto, trazendo desenvolvimento e investimentos para o Estado.”

Geração de empregos

Para o diretor-presidente da Centro-Oeste Airports (COA), Marco Migliorini, a conclusão das obras de ampliação e modernização dos quatro aeroportos administrado no estado pela concessionária é um marco histórico para a empresa e para todo o Brasil, “pois somos a primeira empresa 100% nacional a vencer um leilão de concessão federal. Por isso, mais que celebrarmos a qualificação da nossa infraestrutura aérea, estamos também reconhecendo o fortalecimento e o comprometimento de uma empresa brasileira.”

Segundo Migliorini, as entregas vão facilitar e aumentar o fluxo de negócios no estado e na região. “Ao entregar maior capacidade de transporte de passageiros e cargas, com mais segurança e comodidade, estamos facilitando o fluxo de negócios, turismo e investimentos. Isso se traduz em mais empregos, mais oportunidades e um crescimento econômico sustentável. O impacto social também é profundo e transformador”, concluiu.

Com as obras, foram gerados 2.400 empregos diretos e indiretos na região. Em 2023, os aeroportos administrados pela Centro-Oeste Airports (COA) movimentaram cerca de 3,5 milhões de passageiros (embarques e desembarques).

Participaram da cerimônia de entrega os ministros Rui Costa (Casa Civil), Renan Filho (Transportes), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Jader Filho (Cidades), Laércio Portela (ministro Interino da Secretaria de Comunicação Social), o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira e o governador do Estado do Mato Grosso, Mauro Mendes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/08/2024

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

ECOVIAS PROSEGUE COM OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE PAVIMENTO NO TRECHO DE SERRA DA VIA ANCHIETA DURANTE O MÊS DE AGOSTO

Redação Portogente

Trabalhos serão realizados no período noturno, durante a semana, e no período diurno por três sábados ao longo do mês.

A concessionária Ecovias, que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), dá continuidade às obras de revitalização de pavimento no trecho de serra da Via Anchieta, que iniciaram em março e seguem até novembro. Os trabalhos incluem os sentidos Norte e Sul, e também abrangem parte das rodovias dos Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega.



Foto: Divulgação

Com o objetivo de causar o menor impacto possível no trajeto dos usuários, a Ecovias priorizou a execução dos trabalhos para o período noturno, das 20h às 5h. Na pista Norte, as intervenções serão realizadas no dia 1º de agosto (quinta-feira), com interdição total do km 55 ao km 40. Já na pista Sul, os serviços ocorrerão de 5 a 8, de 12 a 15 e de 26 a 29 de agosto, sempre de segunda a quinta-feira, com interdição total do km 40 ao km 55.

A pista Norte da Anchieta, neste mês, também receberá serviços que só podem ser realizados durante o dia, das 9h às 18h, para garantir a segurança dos trabalhadores, geralmente nas encostas e fora da plataforma da pista. As obras serão executadas nos dias 10, 17 e 24 (sábados), com interdição total do km 55 ao km 40.

As intervenções que não necessitam de interdição total das vias serão realizadas de 19 a 22 de agosto, de segunda a quinta-feira, das 20h às 5h, com bloqueio alternado de faixas no sentido Norte das rodovias Anchieta e Imigrantes, simultaneamente, nos trechos de serra. Os horários e datas das obras podem ser ajustadas conforme as condições de tráfego e clima, ou em caso de imprevistos no SAI.

Estão programados o recapeamento com asfalto borracha, manutenção e reparos em viadutos e túneis, limpeza e revitalização de sinalização, recuperação de pavimento rígido, pintura, monitoramento de encostas e podas de árvores e vegetação. Esses serviços, além de serem importantes para manter a qualidade, segurança e o conforto dos usuários nas rodovias do SAI, recebem atenção redobrada na serra por concentrar um alto volume de tráfego de veículos comerciais pesados, como carretas e caminhões, em direção à Baixada Santista.

Operações especiais

Quando a pista Norte da Via Anchieta estiver bloqueada no trecho de serra para obras, o SAI estará em Operação 5x3. Para a descida, o motorista poderá utilizar a pista Sul da Via Anchieta ou a pista Sul da Rodovia dos Imigrantes. A subida da serra será realizada apenas pela pista Norte da Imigrantes.

Já enquanto a pista Sul da Via Anchieta estiver bloqueada, o tráfego de ônibus e caminhões — que devem obrigatoriamente descer a serra pela Via Anchieta — será direcionado para a pista Norte da rodovia, que estará com a mão de direção invertida, e será utilizada para descer a serra. Nessa configuração, também chamada de Operação 5x3, a descida para o litoral é realizada pela pista Norte da Anchieta e pista Sul da Imigrantes. A subida será realizada pela pista Norte da Rodovia dos Imigrantes.

Além das equipes da concessionária, as operações contarão com o apoio do Policiamento Rodoviário. Os trechos em obras estarão devidamente sinalizados, seguindo as normas vigentes e com avisos nos painéis de mensagens variáveis, placas operacionais ao longo das rodovias, além de banners informativos com dias e os horários dos bloqueios em passarelas localizadas no trecho de serra.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/08/2024

HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 5,8% NA QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA

Redação Portogente

Ao todo, foram movimentadas cerca de 974 mil toneladas de carga neste primeiro semestre. Soja e açúcar são os destaques.

Balanço semestral realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), por meio do Departamento Hidroviário (DH), aponta um aumento na quantidade de carga transportada na Hidrovia Tietê-Paraná no primeiro semestre deste ano. Ao todo, foram movimentadas aproximadamente 974 mil toneladas de carga, 5,8% mais que no mesmo período de 2023.



Entre os principais produtos transportados estão soja, farelo de soja, milho e cana-de-açúcar. No primeiro semestre deste ano, as cargas foram predominantemente soja, com 786.927 toneladas (81%), e cana-de-açúcar, com 186.327 toneladas (19%). Esses dados referem-se ao trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná, administrado pelo DH.

Foto: Divulgação

Cerca de um terço (800 km) dos 2,4 mil km de extensão da hidrovia passam por São Paulo. Os demais 1,6 mil km dividem-se entre Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

"A Hidrovia Tietê-Paraná é o principal sistema de transporte hidroviário de carga do nosso estado e um importante corredor de exportação multimodal do país. Por consumir menos combustível e emitir menos poluentes por volume de carga transportada, é considerada um meio logístico mais econômico e sustentável, quando comparamos ao transporte rodoviário", explica a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. "Vale destacar que a hidrovia é um eixo importante de escoamento de cargas da região Centro-Oeste, que têm como destino o Porto de Santos".

Ampliação do canal de Nova Avanhandava

A Semil, por meio do DH, iniciou, no primeiro semestre de 2023, as obras de ampliação da profundidade do canal de Nova Avanhandava, que tem como objetivo estimular o transporte aquaviário, desenvolvendo a logística no Estado de São Paulo. O investimento do Governo do Estado de São Paulo ultrapassa R\$ 300 milhões e o projeto visa melhorar a navegabilidade durante os períodos de estiagem, reduzindo o risco de interrupção da navegação devido à diminuição do nível de água do reservatório.

"Essa obra consiste no aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de 16 quilômetros, que permitirá a passagem de embarcações de grande porte nos períodos em que o nível da água menor reduz também o calado permitido", destaca o subsecretário de Logística e Transportes da Semil, Denis Gerage Amorim.

O método escolhido é o de derrocamento especial, com o uso de explosivo encartuchado, com o qual serão retirados 552 mil m³ de material rochoso. A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2026.

Em 2023, a hidrovia movimentou aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de diversas cargas. Após a conclusão da ampliação da profundidade do leito do Rio Tietê entre os reservatórios Ilha Solteira e Três Irmãos, espera-se que esse volume aumente significativamente, podendo chegar a 7 milhões de toneladas, quase três vezes mais do que a capacidade atual.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 01/08/2024

NOVA ERA DA ENERGIA SOLAR E DO HIDROGÊNIO VERDE

Editorial Portogente

Há apenas duzentos anos, o homem derivava seus recursos energéticos quase exclusivamente do sol.

Promover a abundância de energia sustentável, na movimentação de mercadorias e pessoas, no comércio e turismo internacionais, é o objetivo do projeto MotuSolar, uma ágora digital no Portogente. Tendo como estratégia facilitar o acesso à energia, onde ela é abundante e custa menos. Ao mesmo tempo, cooperar para a nova geração e superar a crise climática. Neste contexto de energia sustentável, têm destaque o sol e o hidrogênio verde, na promoção da geografia do comércio energético.



Foto: Divulgação

Veja mais: O incerto túnel submerso do Porto de Santos - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116024-o-incerto-tunel-submerso-do-porto-de-santos>

O foco é ser uma importante plataforma participativa das revisões do setor, como fonte de informação para



análises e aprimoramentos relativos à energia, em especial à realidade brasileira. Como meta, contribuir para máxima estabilidade ecológica, ao mesmo tempo, fomentar um máximo de autossuficiência para o máximo de população. Tendo em vista a energia como uma necessidade humana imprescindível.

Veja mais: Brasil celeiro do mundo movido a energia solar - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115912-brasil-celeiro-do-mundo-movido-a-energia-solar>

Tem preferência nesse propósito, objetivos com visão de engenharia energética e pesquisa, bem como fomentar o desenvolvimento tecnológico e o comércio. Importando na contribuição essencial para o aumento de conhecimento e maiores níveis de informação. Quando tem prioridade a descarbonização do setor energético, a qual deve ser debatida, levando em conta a competitividade e está em jogo a sustentabilidade ambiental.

Veja mais: Veja mais: Hidrogênio verde impulsiona transição energética - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115995-hidrogenio-verde-impulsiona-transicao-energetica>

Indubitável que há muito a ser feito e não há tempo a perder. Apesar do Brasil ter todas as condições para construir um potencial de energia verde competitivo, cultura é algo que demora para mudar. Os novos arranjos logísticos, consequentes das novas dimensões dos transportes em escala maior, exigem soluções energéticas inovadoras. Cuja correspondência advém do próprio processo de aprimoramento da sociedade na geração e utilização da energia.

Veja mais: Carros elétricos e sustentabilidade - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/opiniao/115673-carros-eletricos-e-sustentabilidade>

O Estado é força principal na inovação tecnológica e não necessariamente contraproducente. Ironicamente, muitas vezes empresários de pensamento conservador, cuja vida depende da compreensão das leis da oferta e demanda, funcionam ou poderiam funcionar numa situação verificada no setor público. Principalmente porque os interesses comerciais e governamentais são coincidentes, quanto ao favorecimento da expansão do uso da energia limpa, numa sociedade em rede.

Veja mais: Pás eólicas: o dilema da localização - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/93243-pas-eolicas-o-dilema-da-localizacao#:~:text=Deveriam%20as%20f%C3%A1bricas%20de%20p%C3%A1s,quest%C3%A3o%20log%C3%ADstica%2C%20movimenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20transporte.>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/08/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A FAÇA SOBRE O SONHO DE UM GRANDE PAÍS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O que setores da infraestrutura temiam, aconteceu. O contingenciamento e bloqueios orçamentários de R\$ 15 bilhões no orçamento, publicados em edição especial do Diário Oficial da União, não pouparam o futuro do Brasil. Mais uma vez projetos estruturantes terão que ser revistos e mais uma vez frustra-se a esperança de uma nação que faça jus à dimensão de seu território, do potencial produtivo especialmente no setor agropecuário e da esperança de um novo país.

O Ministério dos Transportes foi pela segunda vez neste ano vítima da faça que, ao se tentar equilibrar as contas, procrastina alguns projetos essenciais do tão celebrado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), idealizado para consumir o montante de R\$ 1,5 trilhão. Mas não



só Transportes. A pasta de Portos e Aeroportos, em valores menores, também terá que rever alguns projetos.

Os cortes amplamente divulgados ontem significaram o represamento de R\$ 4,05 bilhões do PAC, um programa que inclui ampliação da malha ferroviária, como a Norte-Sul e a Transnordestina, além de 14 aeroportos e a modelagem de projetos hidroviários nos rios Madeira, Paraguai, Tocantins e na Lagoa Mirim, como também 33 projetos rodoviários.

Ao comentar os cortes, a ministra do Orçamento e Planejamento, Simone Tebet, disse que o contingenciamento só se aplicará a projetos ainda não iniciados, como muitos acima citados. E caberá a cada pasta definir internamente as novas prioridades.

Esse é um filme que o país já assistiu, como na gestão Dilma Roussef, que capitaneava audacioso precursor do atual PAC. Parece ser a sina brasileira, frustrar o sonho de uma nação pujante, digna do primeiro mundo neste terceiro milênio, seguindo a esteira de outras nações que deram uma virada em sua história e em poucas décadas provocaram a admiração do mundo por sua economia forte, como a China e a Coreia do Sul. E o caminho foi ousar na implantação de moderna e potente infraestrutura, sem a qual um sonho nacional não se realiza, não obstante tanto potencial de produção.

A infraestrutura é efetivamente o caminho do sucesso econômico. Assim como a Educação é o caminho para cidadãos melhores, e lamentavelmente essa também é uma das áreas que a faca orçamentária decepou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ESTÁDIO I

O Flamengo arrematou em leilão o terreno do antigo Gasômetro, na zona portuária do Rio de Janeiro, onde pretende construir um estádio. O local pertencera a um fundo administrado pela Caixa Econômica Federal e fica ao lado da rodoviária Novo Rio e do terminal intermodal Gentileza.

ESTÁDIO II

Realizado na quarta-feira, dia 31, no Centro Administrativo da Prefeitura do Rio, o leilão foi conduzido pelo prefeito Eduardo Paes (PSD). O Flamengo foi o único a fazer proposta e arrematou o terreno pelo lance mínimo, que era de R\$ 138,195 milhões. Agora, o clube tem cinco dias úteis para efetuar o pagamento, o que deve ser feito à vista.

REPRESENTATIVIDADE I

A Petrobras e o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) firmaram um convênio para o projeto O Mar Também É Delas, que busca aumentar a participação feminina no setor de óleo e gás offshore, promovendo a equidade de gênero. O evento de lançamento aconteceu no Rio de Janeiro e contou com a presença da diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi, e do presidente do IBP, Roberto Ardenghy.

REPRESENTATIVIDADE II

Coordenado pelo IBP, o projeto incluirá uma pesquisa de opinião com mulheres que já trabalham em embarcações, visando compreender suas experiências e desafios. Com base nessa pesquisa, será elaborado um plano de ação para ajudar a migrar as dificuldades enfrentadas por essas profissionais e facilitar a entrada de novas mulheres no setor.

AUMENTO

O Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, movimentou 8,7 milhões de toneladas de mercadorias no primeiro semestre deste ano. O número representa um aumento de 16% com relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram movimentadas 7,5 milhões de toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

NACIONAL - CORTE NO ORÇAMENTO CONGELA R\$ 1,5 BI DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Pasta é uma das mais afetadas com a medida do Governo Federal. Ministério de Portos e Aeroportos e PAC também são atingidos

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Obras em rodovia: a Agência Nacional de Transportes Terrestres está entre as autarquias mais atingidas pelo corte no Orçamento, sofrendo um congelamento de R\$ 19,9 milhões. Foto: Marcio Ferreira/MT

O Ministério dos Transportes foi um dos mais afetados pela contenção orçamentária de R\$ 15 bilhões do Governo Federal, que tem como objetivo cumprir a meta fiscal, igualando receitas e despesas. A pasta teve R\$ 1,51 bilhão congelados, ficando atrás somente da Saúde (R\$ 4,42 bilhões) e das Cidades (R\$ 2,13 bilhões). O Ministério de Planejamento e Orçamento divulgou na noite de terça-feira, dia 31, os valores tirados de cada órgão federal.

Mesmo já sabendo que o Governo faria o corte, o ministro dos Transportes, Renan Filho, garantiu no último dia 23 que sua pasta investiria um total de R\$ 18 bilhões neste ano. “Já aplicamos a metade disso, mesmo com o contingenciamento anunciado pelo Governo Federal, que deve ser feito”, declarou o ministro durante um ciclo de seminários em São Paulo.

Outro ministério bastante impactado foi o da Agricultura e Pecuária. No ranking das 30 pastas com recursos cortados, a do titular Carlos Fávaro ficará sem R\$ 453,3 milhões.

As demais pastas ligadas ao setor de infraestrutura tiveram bloqueios e contingenciamentos bem menores se comparados ao Ministério dos Transportes. Comandada por Silvio Costa Filho, a pasta de Portos e Aeroportos sofrerá uma contenção de R\$ 168,1 milhões.

Já o corte no Ministério de Minas e Energia, de Alexandre Silveira, é um dos menores: R\$ 16,6 milhões. Somente as pastas de Povos Indígenas (R\$ 12,5 milhões) e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (R\$ 8,5 milhões) foram menos atingidas. Sem contar o único dos 31 ministérios a escapar completamente da tesoura, o do Meio Ambiente e Mudança do Clima, de Marina Silva.

As agências reguladoras também sofreram redução em seus orçamentos. O corte na Agência Nacional de Transportes Terrestres será um dos maiores: R\$ 19,9 milhões. Só fica atrás da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com R\$ 22,7 milhões, e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com R\$ 21,8 milhões.



O corte orçamentário também afeta o PAC, que tem como principal empreendimento no setor de infraestrutura o túnel Santos-Guarujá, ligando as margens do Porto de Santos

As outras duas autarquias ligadas ao setor de transportes serão as menos impactadas. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deixará de receber R\$ 2,4 milhões e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), R\$ 1,3 milhão. Somente a Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico (ANA) se livrou completamente.

PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal no ano passado, também levou uma tesourada: R\$ 4,5 bilhões.

É bom lembrar que vários empreendimentos do setor de infraestrutura por todo o país estão incluídos no PAC. O principal deles é o túnel submerso Santos-Guarujá, que liga as duas margens do Porto de Santos (SP). Orçada em R\$ 5,8 bilhões, a obra será viabilizada com recursos da União e do estado de São Paulo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/08/2024

NACIONAL - GOVERNO ENTREGA MELHORIAS EM QUATRO AEROPORTOS DO MT

Ministro destacou importância dos equipamentos para a infraestrutura da aviação e o turismo no estado

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br e **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br



O presidente Lula e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participaram da cerimônia de entrega das obras de expansão de quatro equipamentos de Mato Grosso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na quarta-feira, dia 31, da entrega de obras de expansão em quatro aeroportos de Mato Grosso. As intervenções, que contaram com um investimento superior a R\$ 372 milhões do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), incluíram adequações em terminais, pátios e pistas, com o objetivo de

umentar a segurança e o conforto dos passageiros.

“Eu duvido que em algum momento histórico deste estado teve um presidente que descerrou quatro placas alusivas a aeroportos”, declarou o presidente durante a cerimônia, realizada na capital do estado, Cuiabá. Do montante, R\$ 317,2 milhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os terminais contemplados foram o Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon; o Aeroporto de Sinop – Presidente João Batista Figueiredo; o Aeroporto de Rondonópolis – Maestro Marinho Franco; e o Aeroporto de Alta Floresta – Piloto Osvaldo.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou que os terminais vão impulsionar o turismo e a economia local. Costa Filho ainda mencionou que, em breve, o Aeroporto de Cuiabá se tornará internacional.

“Esses aeroportos serão fundamentais para a infraestrutura da aviação. E mais do que isso, serão fundamentais para o desenvolvimento turístico do estado, tendo em vista a importância do crescimento econômico. Cada quatro turistas no estado geram um emprego para a população”, detalhou Costa Filho.

“A internacionalização do Aeroporto de Cuiabá, o presidente Lula já determinou, ao lado da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), e nas próximas semanas nós teremos o aeroporto de Cuiabá internacionalizado e recebendo voos de todo o mundo, considerando a importância do agronegócio para o estado”, completou o ministro de Portos e Aeroportos.

Especificamente nos aeroportos de Sinop, Alta Floresta e Rondonópolis, a Centro-Oeste Airports (COA) foi responsável pela construção de novos terminais de passageiros, que são mais amplos e modernos, além de realizar melhorias para garantir a segurança dos funcionários.

Já no Aeroporto Internacional de Cuiabá, as obras envolveram aperfeiçoamentos operacionais e a requalificação do terminal, incluindo reforma, ampliação e modernização das instalações. Além disso, foi implementado um novo sistema de ar-condicionado para aprimorar o conforto dos usuários.

O presidente Lula lembrou que todas as obras realizadas no Brasil são definidas em conjunto com os governantes dos estados, e é com esse objetivo que ele tem buscado se reunir com governadores e prefeitos do país.

“É preciso ter previsibilidade; ninguém pode ser pego de surpresa com decretos ou portarias feitos à meia-noite. No primeiro mês do meu mandato, eu convidei os 27 governadores dos estados para irem ao Palácio do Planalto e cada um dizer quais eram as obras prioritárias que eles gostariam da participação do Governo Federal”, disse Lula.

Também participaram da cerimônia os ministros dos Transportes, Renan Filho, das Cidades, Jader Filho, e da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 01/08/2024

REGIÃO NORDESTE - LULA VAI SANCIONAR MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO VERDE NO PECÉM

Expectativa é de que o Ceará receba mais de R\$ 100 bilhões em investimentos nos próximos anos
JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



Lula também sancionará a lei do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), destinado à conclusão da Ferrovia Transnordestina. Foto: Divulgação

Nesta sexta-feira (2), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai sancionar, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), no Ceará, a nova lei que regulamenta a produção

de hidrogênio verde no Brasil. Já aprovada pelo Congresso, essa legislação é um marco significativo para investidores no setor.

No Ceará, a expectativa é de que o estado receba mais de R\$ 100 bilhões em investimentos nos próximos anos, caso os projetos se concretizem. O mais avançado é da australiana Fortescue, que planeja iniciar as obras de terraplanagem ainda neste semestre e tomar a decisão final sobre o investimento em 2025.

Lula também sancionará a lei do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), destinada à conclusão da Ferrovia Transnordestina.

O evento contará com a presença de autoridades como o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Walder Góes, o governador do Ceará, Elmano de Freitas, e o prefeito de São Gonçalo do Amarante, Marcelo Teles.

Nesta quarta-feira (31), o presidente Lula disse, em entrevista, que a transição energética é uma oportunidade para o país se transformar no celeiro do mundo em produção de energia renovável. “O Brasil já é o país que mais tem energia renovável. Da nossa energia elétrica, 87% é renovável. E do restante da energia nós temos 50%, enquanto o resto do mundo tem 15%. Agora, com a transição energética, com a gente tendo a possibilidade de fomentar a produção de eólica, solar, biomassa, etanol, biodiesel e hidrogênio verde, o Brasil será um atrativo extraordinário para que empresas que queiram produzir energia limpa venham para cá”, afirmou Lula.

O texto prevê a criação da Política Nacional de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que compreende o Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2), o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), o Sistema Brasileiro de Certificação do Hidrogênio e o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro).

Segundo o texto, será considerado hidrogênio de baixo carbono aquele que emitir, durante o processo de produção, no máximo, quatro quilos de dióxido de carbono por quilo de hidrogênio gerado.

O texto estabelece o termo “hidrogênio renovável” como aquele produzido exclusivamente com fontes de energias renováveis. Será nomeado como “hidrogênio verde” as moléculas adquiridas provenientes de energia eólica ou solar.

Investimentos

Última a anunciar investimentos no Pecém, a FRV, que integra a Jameel Energy, vai investir R\$ 27 bilhões no projeto H2 Cumbuco, para produção de amônia verde para exportação no complexo portuário. A amônia verde é um dos derivados do hidrogênio verde (H2V).

O projeto foi apresentado no último dia 12 ao governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). A FRV é uma das seis empresas que já assinaram pré-contratos com o governo do estado para a produção de hidrogênio verde (H2V) e seus derivados.

A primeira fase do projeto contempla uma capacidade de 500 MW de eletrolisadores, produzindo 400 mil toneladas de amônia por ano com um investimento de R\$ 7 bilhões. Na segunda fase será acrescentada uma capacidade de 1,5 GW de eletrolisadores, aumentando a produção em 1.200.000 toneladas de amônia para atingir um total de 1.600.000 toneladas por ano. Esta fase exigirá um investimento adicional de R\$ 20 bilhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/08/2024

LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO ATINGE R\$ 17 BILHÕES E BATE RECORDE

Valor superou em R\$ 2 bilhões a previsão inicial do certame, que teve oito empresas participantes
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na tradicional bada de martelo para oficializar o resultado: “Se nós não produzirmos petróleo, outro país venderá para nós”

O leilão para a venda de 37,5 milhões de barris de petróleo pertencentes à União atingiu um valor recorde de R\$ 17 bilhões, superando em R\$ 2 bilhões a previsão inicial. Realizado na quarta-feira (31) na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, o leilão também marcou um recorde no número de empresas participantes: oito das dez habilitadas.

O volume de barris ofertados, proveniente do sistema de partilha de produção — onde a União recebe uma porcentagem do petróleo extraído pelas empresas — equivale a uma produção diária de 100 mil barris. A expectativa é que, até 2029, essa produção seja quintuplicada, alcançando 500 mil barris diários no polígono do pré-sal da Bacia de Santos.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, oficializou os resultados do leilão. Ele destacou que a exploração de petróleo na camada do pré-sal foi uma decisão política do presidente Lula, ressaltando a importância da presença de diversos investidores no leilão como um sinal de confiança na ciência, no desenvolvimento e no potencial energético brasileiro.



“O Brasil possui uma das maiores reservas de petróleo do planeta; detém fontes renováveis de energia para garantir nosso futuro, e os recursos seguirão para o Fundo Social, para educação e saúde, e deve ir para a redução da conta de energia elétrica. Se nós não produzirmos petróleo, outro país venderá para nós”, declarou.

Das dez empresas habilitadas, oito participaram do leilão na B3: CNOOC Petroleum Brasil; Galp Energia Brasil; Petrobras; PetroChina International Brasil Trading; Prio Comercializadora; Refinaria de Mataripe; Shell Trading Brasil; e TotalEnergies EP Brasil.

O leilão foi dividido em quatro lotes. Três lotes de petróleo foram extraídos do campo de Mero, com dois lotes de 12 milhões de barris cada e um lote de 11 milhões de barris. O quarto lote, do campo de Búzios, ofereceu 2,5 milhões de barris.

Todos os lotes vendidos superaram o terceiro leilão, no qual o deságio de preços em relação à cotação brent variou de US\$ 5,98 a US\$ 7,12. No leilão de quarta-feira, o preço mínimo estava fixado em US\$ 4,40 para três lotes e US\$ 4,25 para um lote. O primeiro lote foi arrematado pela Petrobras, que ofereceu um deságio de US\$ 1,85 sobre a cotação do petróleo brent.

O segundo lote foi adquirido pela CNOOC Petroleum Brasil, uma empresa chinesa, que ofereceu um deságio de US\$ 1,59. O terceiro lote foi vendido com um deságio de US\$ 1,35 para a PetroChina. O último lote, com um deságio de US\$ 1,85, foi novamente vencido pela Petrobras.

No encerramento do leilão, a presidente interina da Pré-Sal Petróleo, Tabita Loureiro, destacou que os R\$ 17 bilhões obtidos representam o maior valor já pago na história pelo óleo da União. “É um resultado excelente. O preço ofertado é muito superior ao dos contratos vigentes. Trabalhamos bastante no aperfeiçoamento do edital e na dinâmica do leilão para maximizar os resultados para a sociedade brasileira e cumprimos o nosso papel”, afirmou ela.

Tabita anunciou que, no próximo ano, um novo leilão será realizado para comercializar a produção da União de 2026. “Tudo isso é apenas o começo. Os contratos de partilha vão gerar muito óleo para a sociedade brasileira. Em 2029, a produção da União nesses contratos vai superar 500 mil barris por dia. Tudo isso significa riqueza para o Brasil e aporte direto no Fundo Social”.

Lotes arrematados:

Lote 1: Após vencer disputa com as empresas CNOOC, Galp, PetroChina, Refinaria de Mataripe e TotalEnergies, a Petrobras arrematou o primeiro lote do campo de Mero, referente à produção de 12 milhões de barris de petróleo do navio-plataforma FPSO Guanabara, pelo valor de brent datado menos US\$ 1,85/barril.

Lote 2: O segundo lote de Mero, também de 12 milhões de barris de petróleo, desta vez do FPSO Sepetiba, foi adquirido pela chinesa CNOOC, pelo valor de brent datado menos US\$ 1,59/barril, disputado no viva-voz com a Petrobras. Também participaram da disputa a Galp, PetroChina e Refinaria de Mataripe.

Lote 3: A PetroChina adquiriu o terceiro e último lote de Mero, referente às produções previstas para os FPSOs Duque de Caxias e Pioneiro de Libra, de 11 milhões de barris, em 2025, por brent datado menos US\$ 1,35/barril. A disputa foi acirrada no viva-voz entre a Petrobras e a PetroChina, com a Galp também participando da concorrência.

Lote 4: No encerramento do 4º Leilão de Petróleo da União, o lote de Búzios foi arrematado pela Petrobras ao valor de brent datado menos US\$ 1,85/barril. A disputa foi acirrada no viva-voz entre a Petrobras, Prio e CNOOC, com a PetroChina e a Galp também apresentando propostas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

REGIÃO SUL - SALGADO FILHO DEVE RETOMAR OPERAÇÃO DE VOOS INTERNACIONAIS EM DEZEMBRO

Data coincide com o mês em que está esperado que o aeroporto passe a operar com 100% da sua capacidade

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



Salgado Filho retornará a operar de forma parcial, com cerca de 50 voos diários, o que representa média de 350 operações aéreas por semana. Foto: Divulgação/Fraport

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, deverá retomar as operações de voos internacionais a partir do dia 16 de dezembro. A informação foi divulgada pela concessionária Fraport, que administra o terminal gaúcho.

A data de dezembro coincide com o mês em que o aeroporto deva operar com 100% da sua capacidade, incluindo a conclusão das obras na pista do aeroporto, que ficou debaixo d'água após as enchentes em Porto Alegre em maio.

A Fraport fez o comunicado, também, para as companhias aéreas.

“A informação é necessária para que as companhias possam realizar o planejamento de suas malhas aéreas e rotas com a devida antecedência. Conforme o cronograma de obras e intervenções para a recuperação do aeroporto, em dezembro está prevista a liberação completa da pista de pousos e decolagens, pátio de aeronaves e taxiways, além da infraestrutura necessária para operação de voos internacionais”, escreveu a concessionária.

Ainda segundo a Fraport, a data de 16 de dezembro pode ser tanto antecipada como prorrogada, em razão de fatores externos, tais como condições climáticas.

“Da mesma forma que na previsão de retomada para os voos domésticos, em outubro, a data exata ainda pode ser antecipada ou prorrogada. Reforçamos que a comercialização de passagens aéreas ocorrerá após a liberação por parte dos órgãos competentes e conforme decisão de cada companhia aérea”, afirmou a empresa.

Retomada parcial

Conforme previsão da concessionária e do Ministério de Portos e Aeroportos, a operação parcial do aeroporto internacional está programada para começar em outubro, com 50 voos diários, funcionando das 10h às 22h, todos os dias.

Nesta semana, a concessionária confirmou o dia 21 de outubro para retomada de embarques e desembarques no Salgado Filho.

No dia 15 de julho, o aeroporto reabriu para serviços de embarque e desembarque de passageiros, e despacho de bagagens. Anteriormente, o serviço estava acontecendo no Shopping Canoas, na cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

O aeroporto está fechado desde o dia 3 de maio para pousos e decolagens de aeronaves.

Reconstrução

A Fraport divulgou uma atualização no processo de recuperação da pista do Salgado Filho. Segundo a empresa, a partir do estudo de avaliação, a recuperação da pista será feita em três fases, sendo que a primeira (limpeza e avaliação de danos), já foi concluída.

A fase 2, que atualmente se encontra em execução, foca na recuperação das áreas afetadas, como o trabalho de fresagem da pista de pouso e decolagem. Essa etapa teve início no final da primeira quinzena de julho e será executada até o início das operações no aeroporto.

A terceira e última etapa será concentrada nas áreas em que não há movimentação de aviões, logo, apesar de ser iniciada no decorrer de outubro, não afetará as operações aéreas.

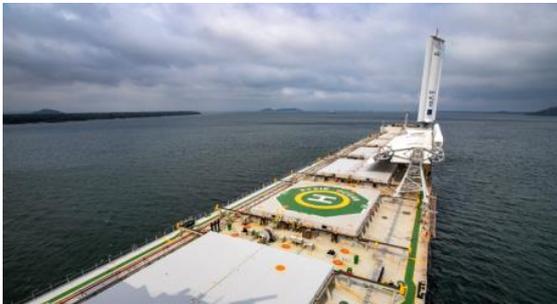
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

REGIÃO SUL - NAVIOS VERDES PASSAM A TER PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO NOS PORTOS PARANAENSES

Iniciativa busca incentivar ações que reduzam o consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



Segundo o presidente da Portos do Paraná, a atracação prioritária para estes tipos de navios concede berços preferenciais, independente da ordem cronológica de chegada. Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Os navios sustentáveis, também conhecidos como navios verdes, agora passam a ter prioridade nos portos paranaenses, segundo a Portos do Paraná, Autoridade Portuária dos complexos de Paranaguá e Antonina.

A medida faz parte do regulamento de Programações, Operações e Atracações de Navios – Edição 2023, e beneficiará as embarcações com estrutura de matriz energética focada na redução de emissões de gases do efeito estufa.

Segundo o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, a atracação prioritária para estes tipos de navios concede berços preferenciais, independente da ordem cronológica de chegada.

“A regra foi definida buscando fidelizar navios sustentáveis em Paranaguá, seguindo nosso objetivo de liderar as questões relacionadas à sustentabilidade e processos ambientais”, explicou Garcia.

A implantação da prioridade para navios verdes visa reforçar o compromisso da Portos do Paraná com a Agenda 2030 e os seus objetivos de desenvolvimento sustentável no setor portuário.

“Além de buscarmos a descarbonização dos portos paranaenses, estamos incentivando que cada vez mais os navios ecológicos tenham como destino o Estado do Paraná”, comentou João Paulo Santana, diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná.

Outras ações

Atualmente, a Portos do Paraná é o único porto a ser convidado para o evento anual realizado pelas Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP (Conferência das Partes).

Além disso, a Autoridade Portuária assinou uma parceria com o Porto de Rotterdam, na Holanda, para estabelecer o desenvolvimento de energias renováveis nos portos de Paranaguá e Antonina. A assinatura do memorando de entendimento, em 2023, faz parte do programa de colaboração Green Ports Partnership (Parceria para Portos Verdes), que tem duração de três anos.

Neste ano, a Portos do Paraná deu início às etapas referentes ao Plano de Descarbonização da companhia, projeto desenvolvido pela Fundación Valenciaport, centro de pesquisa espanhol reconhecida pela atuação em temas de inovação e gestão de logística portuária.

Com a expectativa de conclusão em 20 meses, o projeto tem como principais objetivos calcular as emissões de CO2 em todas as logísticas portuárias executadas no litoral paranaense e o desenvolvimento de estratégias de descarbonização em conjunto com as áreas portuárias.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/08/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - PRÓXIMA TEMPORADA DE CRUZEIROS EM SANTOS TERÁ 133 ESCALAS

Concais vai receber 12 escalas de navios de trânsito, mas número pode crescer, segundo a empresa
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



Segundo o Concais, escalas de navios em trânsito podem ser aumentadas para a próxima temporada de cruzeiros. Foto: Divulgação/APS

A próxima temporada de navios de cruzeiros no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, terá menos escalas do que a temporada anterior. Além disso, segundo o Concais, empresa que administra o terminal de passageiros, haverá também, menos escalas de navios em trânsito. No entanto, a empresa afirmou que novas escalas ainda poderão ser confirmadas.

O Concais já se prepara para a nova temporada que em Santos terá início no dia 8 de novembro, e encerramento previsto para 20 de abril de 2025.

Durante o período, o Porto de Santos vai receber um total de 133 escalas, das quais 121 são regulares e 12 de trânsito.

Apesar de receber menos escalas – no ano passado foram 153 escalas e operação de 16 navios, esta será uma das mais longas temporadas de navios de cruzeiros em Santos, de quase seis meses.

Na temporada passada, o Concais registrou 14 escalas de trânsito. Ao BE News, a empresa que administra o terminal de passageiros afirmou que haverá duas escalas a menos de trânsito nesta próxima temporada.

Entretanto, o Concais anunciou que as escalas deste tipo de serviço podem ainda aumentar, justificando que ainda estamos no mês de julho, e que há tempo para que mais escalas de trânsito sejam confirmadas.

As escalas de trânsito referem-se a navios que atracam em determinados locais, mas que não realizam operações de embarque e desembarque de passageiros.

Seguindo o cronograma de navios divulgado pelo Concais, o primeiro navio de trânsito previsto no Porto de Santos será em janeiro de 2025, com Majestic Princess. Já o último navio que passará pelo litoral de São Paulo é o Marina, no mês de março.

“O Porto de Santos continua a ser um ponto estratégico para o turismo marítimo no Brasil, oferecendo infraestrutura de qualidade e uma experiência única para os passageiros. Com a expectativa de um aumento nas escalas de trânsito, o porto reforça sua posição como um dos principais destinos de cruzeiros do país”, disse o Concais.

A temporada de cruzeiros 2023/2024 no Porto de Santos gerou receita de mais de R\$ 1 bilhão na economia local.

Vale lembrar que nesta temporada de cruzeiros haverá uma grande novidade: Réveillon a bordo do Costa Pacifica. O navio ficará atracado na orla de Santos para o espetáculo de fogos da cidade. Com embarque em Santos e alternando paradas em Búzios e Angra dos Reis, com Ilhabela e Balneário

Camboriú, o navio iniciará suas atividades regulares com a saída de seu primeiro minicruzeiro no dia 22 de novembro de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM CRESCIMENTO DE 16% NA MOVIMENTAÇÃO

Foram operadas 8,7 milhões de toneladas de mercadorias nos primeiros seis meses deste ano

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Porto de São Francisco do Sul registrou movimentação de 8,7 milhões de toneladas de mercadorias nos primeiros seis meses deste ano, um aumento de 16% em relação ao mesmo período de 2023, quando 7,5 milhões de toneladas passaram pelo porto catarinense. Foto: Divulgação

O Porto de São Francisco do Sul registrou movimentação de 8,7 milhões de toneladas de mercadorias nos primeiros seis meses deste ano, um aumento de 16% em relação ao mesmo período de 2023, quando 7,5 milhões de toneladas passaram pelo porto catarinense.

No primeiro semestre do ano, as exportações representaram 59% da carga (5,1 milhões de toneladas). A soja foi o principal produto embarcado para o exterior (4 milhões de toneladas), seguida do milho (910 mil toneladas) e da madeira (103 mil toneladas). As importações atingiram 3,6 milhões de toneladas (41%), sendo os produtos siderúrgicos (1,9 milhão de toneladas) e os fertilizantes (1,1 milhão de toneladas) os mais expressivos.

Cleverton Vieira, presidente do Porto de São Francisco do Sul, ressaltou que junho foi o sexto mês consecutivo de crescimento do Porto neste ano, “mesmo tendo atingido um recorde histórico em 2023, com a movimentação de 16,8 milhões de toneladas”.

Ele enfatizou o papel do porto como um porto público multipropósito, destaca sua relevância no agronegócio para recebimento de fertilizantes e exportação de grãos, bem como sua importância na cadeia de transporte de aço e outros materiais para a indústria metal-mecânica de Santa Catarina e do Brasil.

“O aumento constante do volume de cargas movimentadas pelo Porto de São Francisco demonstra nossa versatilidade em atender diversos segmentos de cargas, com reflexos importantes para diversas cadeias produtivas”, disse Vieira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

REGIÃO SUDESTE - ELTORADO COMEMORA 1 ANO EM SANTOS COM AUMENTO DE 30% NA PRODUTIVIDADE

O recorde estabelecido nos 12 meses ocorreu em março deste ano, quando 21 mil toneladas foram embarcadas em um único dia

Por Paulo José Ribeiro Paulo.jose.ribeiro@redebenews.com.br

A Eldorado Brasil Celulose comemorou no dia 31 de julho de 2024, o primeiro ano de operações no terminal portuário Eldorado Brasil Logística (EBLog), em Santos, projetado para escoar a carga produzida na fábrica da companhia em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. O aniversário traz

conseguo um aumento de 30% na produtividade média de embarque, quando comparado com as atividades realizadas no terminal anterior.



Construída a partir de um investimento de R\$ 500 milhões, a área no Porto de Santos tem espaço para o recebimento de até 72 vagões ferroviários, 2 berços de atracação simultânea, capacidade para escoar 3 milhões de toneladas de carga, além de empregar 150 funcionários. Foto: Divulgação/Eldorado Santos

O recorde estabelecido nos doze meses ocorreu em março deste ano, quando 21 mil toneladas foram embarcadas em um único dia, em duas frentes de operação.

Construída a partir de um investimento de R\$ 500 milhões, a área no Porto de Santos tem espaço para o recebimento de até 72 vagões ferroviários, 2 berços de atracação simultânea, capacidade para escoar 3 milhões de toneladas de carga, além de empregar 150 funcionários.

O primeiro ano do empreendimento conta com outros números expressivos: foram mais de 20 mil caminhões descarregados; cerca de 2 mil contêineres estufados; mais de 60 navios operados e um aumento de 45% no volume expedido de celulose no modal break bulk (carga solta) em comparação com o terminal anterior.

Segundo o diretor de Logística da EBlog, Flávio da Rocha Costa, o novo terminal trouxe um ganho na competitividade da empresa, com mais eficiência nas operações.

“A gente está falando de recorde de embarque de 21 mil toneladas em um único dia de operação. É um feito muito importante para a área de celulose. Também a agilidade na descarga de carretas, que levavam em torno sete horas e hoje estão levando em torno de três a quatro horas. Conseguimos evoluir muito em diversas operações. Isso traz uma redução de custo e a possibilidade de incrementar nosso volume de produção”, afirmou.

Durante esse período, a Eldorado também atuou no apoio à comunidade local. Em março, a empresa entregou, junto à Prefeitura de Santos e à Autoridade Portuária, uma nova Unidade Básica de Saúde, no bairro Estuário, que atende cerca de 16 mil moradores da cidade, além da entrega da passarela de pedestres, na Avenida Governador Mário Covas Jr. – instalação por onde passam cerca de mil pessoas por dia. Os investimentos foram de R\$ 4 milhões na policlínica e de R\$ 5 milhões na passarela.

As obras de contrapartida também incluíram a revitalização de um espaço público ao lado do acesso à passarela, com a construção de uma praça com playground para as crianças do bairro.

Futuro

Após o resultado positivo do primeiro ano, a empresa quer continuar crescendo e tem a perspectiva de aumentar a sua capacidade para até 4 milhões de toneladas, de forma sustentável.

“A Eldorado é uma empresa que produz 1,8 milhão de toneladas por ano. Exportamos para 140 países. Hoje somos uma empresa de floresta plantada, isso significa que plantamos a árvore para depois colher e produzir a nossa matéria prima. É uma empresa sustentável. Mantemos em torno de 297 mil hectares de florestas e ainda temos mais 140 mil hectares de florestas nativas que mantemos e cuidamos”, salientou Costa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/08/2024

BAHIA ECONÔMICA - BA

PROJETOS DE VLT NA RIBEIRA E NO COMÉRCIO TÊM VERBA LIBERADA PELO PAC

Por Hugo Leite - 01/08/2024 15:00



Foi aprovado R\$ 990 mil pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a contratação da elaboração de projetos para levar o VLT (veículo leve sobre trilhos) aos bairros do Comércio, no Centro Histórico, e da Ribeira, na Península de Itapagipe.

Os projetos seriam uma continuação do VLT de Salvador, que já teve ordem de serviço assinada pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT) no último mês de junho. A ideia é que os novos trechos sejam construídos a partir da Estação Calçada, que passará por reforma nos próximos anos.

A previsão, de acordo com a Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), é que o VLT passe pelas regiões da Feira de São Joaquim, do porto de Salvador, até chegar ao Terminal da França. Já no sentido Ribeira, o modal atenderia ao Largo de Roma, à Boa Viagem e ao Bonfim, antes de chegar ao seu destino final, conforme informações do Portal A Tarde.

Os dois trechos do VLT atenderiam uma demanda dos moradores da Península de Itapagipe, que reclamam do precário atendimento do transporte público na região e de especialistas em mobilidade, que veem na chegada do sistema ao Comércio como um atrativo de demanda para o modal, construindo uma ligação mais rápida e prática entre o Subúrbio e o Centro.

A construção destas ampliações só deverá começar após o início da operação dos três trechos já contratados do VLT de Salvador, entre Calçada e Ilha de São João; de Paripe a Águas Claras; e entre Águas Claras e Piatã. A conclusão dessas obras está prevista para meados de 2028.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 01/08/2024

ALÇA DE ACESSO À PIRAJÁ PELA BR-324 É BLOQUEADA TEMPORARIAMENTE

Por João Paulo - 01/08/2024 14:58



A alça que dá acesso à Estação Pirajá para os condutores que estão na BR-324 sentido Feira de Santana será interditada a partir do próximo sábado (03). O bloqueio foi solicitado pela Superintendência de Obras Públicas do Salvador (Sucop), que realiza uma intervenção no local. A previsão é de que o trânsito volte a ser liberado no trecho em 15 dias.

Como alternativa, condutores que estiverem na BR-324 e precisarem subir em direção à Estação Pirajá ou à rua da Indonésia deverão passar pelo trecho interditado, acessar a via marginal da BR-324 na altura da White Martins e entrar na Av. Aliomar Baleeiro à direita um pouco mais à frente. Após, devem seguir pela Rua da Somália, de onde passam pela Av. Cardeal Avelar Brandão Vilela e chegam na Rua da Indonésia. O fluxo de veículos no sentido oposto da BR-324 não será afetado.

Durante o período de bloqueio, agentes de trânsito e transportes vão intensificar a atuação no local para orientar condutores, pedestres e passageiros. A sinalização também será reforçada para informar sobre as alterações provisórias.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 01/08/2024

COM APORTE DE 20 MILHÕES, LARCO INAUGURA NOVA BASE PRÓPRIA EM JUAZEIRO

Por Victoria Isabel - 01/08/2024 10:15



Seguindo o seu planejamento estratégico de expansão pelo Brasil, a 4ª maior distribuidora de combustíveis do país, a Larco Petróleo, vai inaugurar no mês de agosto, mais uma base própria, desta vez em Juazeiro, norte da Bahia, mais precisamente no Distrito Industrial. Com essa nova operação, a distribuidora chega a sua sexta base própria, que traz como referência os seus padrões de engenharia, modernidade e sustentabilidade.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões, o novo espaço, que atenderá toda Juazeiro, além das regiões do Vale São-Franciscano da Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará, terá capacidade de 3.500 m³ de armazenamento de produtos, o que refletirá em uma maior produtividade das operações, garantindo um ambiente seguro para seus colaboradores e parceiros e um melhor atendimento às demandas dos clientes. A estimativa é que seja vendido um volume mensal de até 12.000 m³.

A companhia, que comercializa cerca de 300 milhões de litros/mês de combustíveis em todo o Brasil, chega com a sua base própria em Juazeiro totalmente preparada para mover as máquinas do agronegócio, os geradores dos hospitais, os tanques dos caminhões e todos os setores industriais, comerciais e empresariais. A unidade vai levar ainda mais qualidade, agilidade e competitividade em todas as escalas para a região, além de contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local, gerando cerca de mais de 100 empregos diretos e indiretos.

O CEO da Larco, Alberto Costa, destaca que a inauguração da nossa base representa uma grande conquista, tanto para a Larco, quanto para os clientes, bem como para o desenvolvimento da região. "A Larco é uma empresa genuinamente baiana que se tornou referência nacional. Hoje somos a quarta maior distribuidora de combustíveis do Brasil e alcançamos essa posição com muito trabalho em equipe, investimento em logística, em infraestrutura, novas bases, caminhões e terminais portuários. O nosso objetivo é expandir cada vez mais", declara.

Costa reforça que o crescimento faz parte do DNA da Larco e que a empresa está sempre buscando melhores resultados para manter essa expansão e fortalecimento da marca com muita inovação, novidades, investimentos e expectativas para alcançar novos records. "Para aumentar ainda mais a automação dos processos e agilizar o fluxo de informação na distribuidora, vamos instalar, a partir de setembro, o sistema SAP, software ERP que centraliza o gerenciamento de dados e prevê acesso em tempo real a informações de todos os departamentos da companhia. Além disso, faz parte do nosso planejamento adicionar diesel marítimo e querosene de aviação ao nosso portfólio de produtos vendidos, o que inclui gasolina comum, gasolina aditivada, etanol e diesel (S-500, S-500 aditivado e S-10). Estamos ampliando também a nossa rede de parcerias e entrando em novos estados e mercados, inclusive já temos até parceiros também no exterior para suprir o aumento das vendas. É a Larco indo cada vez mais longe", comemora.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 01/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

OBRAS DO VLT BLOQUEIAM NOVOS TRECHOS ATÉ O FIM DE AGOSTO

Informações: Jornal da Orla (01 de agosto de 2024)

As obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Santos, vão interditar dois trechos importantes da Rua Amador Bueno a partir desta quinta-feira (1º). Os bloqueios, que se estenderão até o final de agosto, ocorrem entre a Praça dos Andradas e a Rua Frei Gaspar, e entre a Rua Martim Afonso e a Avenida Senador Feijó, conforme notificado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos no Diário Oficial.

Para atenuar o impacto no tráfego, a CET sugere que os motoristas utilizem a Avenida São Francisco como rota alternativa. O acesso local será permitido na Rua Frei Gaspar, entre a Avenida São Francisco e a Rua Amador Bueno, e na Rua Amador Bueno, entre a Rua Frei Gaspar e a Rua Riachuelo, operando em contrafluxo.

VLT

A segunda linha do VLT, com 8 km de extensão e 12 estações, ligará o ramal Barreiros-Porto ao bairro do Valongo. O percurso inclui pontos de interesse público como o Mercado Municipal, Poupatempo, universidades, áreas comerciais e o Terminal Valongo.

Iniciadas em setembro de 2020 pela EMTU e executadas pela Alya Construtora, as obras estavam previstas para serem concluídas em julho deste ano. Em janeiro, cerca de 45,7% dos serviços ainda estavam pendentes. A EMTU informou que as obras estão em fase final no Centro, com testes previstos para este semestre e operação completa no primeiro semestre de 2025.

A fase inicial das obras envolveu infraestrutura complexa, incluindo drenagem, remanejamento de redes de água e esgoto, elétrica, escavação e instalação de dutos. A fase final inclui pavimentação, instalação de trilhos, reparos, acabamentos e instalação de pisos e vidros nas estações. A EMTU também destacou que outras obras de infraestrutura em ruas transversais, focadas em melhorias de drenagem, não afetarão os testes do VLT.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/08/2024

TECON SANTOS ALCANÇOU O RECORDE DE 121,8 MIL CONTÊINERES MOVIMENTADOS EM JULHO

Informações: Santos Brasil (01 de agosto de 2024)



MARCA HISTÓRICA! 🇺🇵 🇧🇷 O TECON SANTOS alcançou o recorde de 121,8 MIL CONTÊINERES MOVIMENTADOS em julho. Este é o maior volume registrado em um único mês pelo terminal, superando o recorde anterior de 117 mil, estabelecido em junho deste ano.

Este marco é um reflexo do nosso compromisso com a eficiência operacional, segurança nas operações, inovação tecnológica e compromisso com nossos clientes.

Com investimentos contínuos em tecnologia, infraestrutura e desenvolvimento de pessoas, conseguimos otimizar cada etapa do processo, garantindo operações mais ágeis e seguras.

Localizado no Porto de Santos, o Tecon é referência em operações portuárias, considerado um dos maiores e mais eficientes terminais da América do Sul.



Juntos, estamos elevando o padrão do setor portuário e mostrando que o Tecon Santos é sinônimo de excelência e referência operacional!

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/08/2024

HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 5,8% NA QUANTIDADE DE CARGA TRANSPORTADA

Informações: Governo do Estado de SP (01 de agosto de 2024)

Ao todo, foram movimentadas cerca de 974 mil toneladas de carga neste primeiro semestre; soja e açúcar são os destaques

Balanço semestral realizado pelo Governo de SP, por meio do Departamento Hidroviário (DH) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), aponta um aumento na quantidade de carga transportada na Hidrovia Tietê-Paraná no primeiro semestre deste ano. Ao todo, foram movimentadas aproximadamente 974 mil toneladas de carga, 5,8% mais que no mesmo período de 2023.

Entre os principais produtos transportados estão soja, farelo de soja, milho e cana-de-açúcar. No primeiro semestre deste ano, as cargas foram predominantemente soja, com 786.927 toneladas (81%), e cana-de-açúcar, com 186.327 toneladas (19%). Esses dados referem-se ao trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná, administrado pelo Departamento Hidroviário.

Cerca de um terço (800 km) dos 2,4 mil km de extensão da hidrovia passam por São Paulo. Os demais 1,6 mil km dividem-se entre Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

“A Hidrovia Tietê-Paraná é o principal sistema de transporte hidroviário de carga do nosso estado e um importante corredor de exportação multimodal do país. Por consumir menos combustível e emitir menos poluentes por volume de carga transportada, é considerada um meio logístico mais econômico e sustentável, quando comparamos ao transporte rodoviário”, explica a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. “Vale destacar que a hidrovia é um eixo importante de escoamento de cargas da região Centro-Oeste, que têm como destino o Porto de Santos”.

Ampliação do canal de Nova Avanhandava

A Semil, por meio do DH, iniciou, no primeiro semestre de 2023, as obras de ampliação da profundidade do canal de Nova Avanhandava, que tem como objetivo estimular o transporte aquaviário, desenvolvendo a logística no Estado de São Paulo. O investimento do Governo do Estado de São Paulo ultrapassa R\$ 300 milhões e o projeto visa melhorar a navegabilidade durante os períodos de estiagem, reduzindo o risco de interrupção da navegação devido à diminuição do nível de água do reservatório.

“Essa obra consiste no aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de 16 quilômetros, que permitirá a passagem de embarcações de grande porte nos períodos em que o nível da água menor reduz também o calado permitido”, destaca o subsecretário de Logística e Transportes da Semil, Denis Gerage Amorim.

O método escolhido é o de derrocamento especial, com o uso de explosivo encartuchado, com o qual serão retirados 552 mil m³ de material rochoso. A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2026.

Em 2023, a hidrovia movimentou aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de diversas cargas. Após a conclusão da ampliação da profundidade do leito do Rio Tietê entre os reservatórios Ilha Solteira e Três Irmãos, espera-se que esse volume aumente significativamente, podendo chegar a 7 milhões de toneladas, quase três vezes mais do que a capacidade atual.

Vantagens do Transporte Hidroviário



A modalidade de transporte é reconhecida mundialmente por sua eficiência econômica, social e ambiental. Entre suas vantagens em comparação aos modais rodoviário e ferroviário estão a maior eficiência energética, a capacidade de concentração de cargas e a longevidade da infraestrutura e dos equipamentos. Além disso, o transporte hidroviário contribui para reduzir as mudanças climáticas e o efeito estufa. Outras vantagens incluem menor consumo de espaço, menos congestionamento de tráfego, menores custos de infraestrutura e operação, menos acidentes e menor impacto ambiental, tornando o modal hidroviário uma alternativa sustentável e vantajosa para o transporte de cargas.

Transporte de passageiros

A hidrovia permite também o turismo fluvial, com passeios para passageiros no canal de navegação. Os roteiros, concentrados no município de Barra Bonita, permitem viagens rio acima até o encontro com o Rio Piracicaba e rio abaixo, com duração de duas a três horas. Até junho deste ano, 36.516 passageiros foram transportados, segundo dados do DH. Uma das principais atrações é a transposição da barragem de Barra Bonita, onde a embarcação é elevada por um desnível de cerca de 25 metros causado pela hidrelétrica.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/08/2024

BNDES E ANTAQ FIRMAM ACORDO PARA IMPULSIONAR INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA NO BRASIL

Informações: Guia Marítimo (01 de agosto de 2024)

Nesta terça-feira, 30, em Brasília (DF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) assinaram um Acordo de Cooperação visando o desenvolvimento de estudos e projetos para melhorar a infraestrutura hidroviária no país, com foco nos rios Tapajós e Tocantins. O acordo foi assinado pelo diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, e o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery.

Os projetos contemplam o desenvolvimento de trechos significativos dos rios Tocantins e Tapajós. No Rio Tocantins, os trechos a serem desenvolvidos abrangem 1.582 km, entre os municípios de Belém (PA) e Peixe (TO). Já no Rio Tapajós, 700 km serão desenvolvidos em dois trechos principais: de Barcarena a Melgaço (PA) e de Santarém a São Luiz do Tapajós (PA).

Com a implementação dos projetos, espera-se melhorias nas condições de transporte de grãos, minério de ferro, granéis líquidos e cargas containerizadas. A ANTAQ estima que o desenvolvimento das hidrovias poderá mobilizar investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões.

“As hidrovias são parte do Novo PAC, do governo do presidente Lula, e são essenciais para aumentar a navegação, eliminar gargalos e restrições sazonais e reduzir custos logísticos”, explica o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Ele acrescenta que a redução no consumo de combustível nas hidrovias pode diminuir as emissões de gases de efeito estufa em até 70%, em comparação com o transporte rodoviário.

Nelson Barbosa, diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, destacou que o acordo permitirá ao Banco acompanhar a execução da carteira de projetos hidroviários da ANTAQ. “Vamos contribuir com as etapas iniciais de preparação de projetos, possibilitando a ampliação da atuação da ANTAQ em parcerias para investimento privado”, afirmou.

Além dos projetos para os rios Tocantins e Tapajós, a parceria visa promover a carteira de projetos estratégicos da ANTAQ, conforme o Plano Geral de Outorgas do setor hidroviário, publicado pela Agência em 2023.

O acordo, com vigência de 24 meses, prorrogáveis por até 60 meses, prevê também o intercâmbio de experiências e o alinhamento de estratégias de longo prazo para o setor de hidrovias. Banco e ANTAQ trabalharão na identificação e sistematização das principais demandas de investidores e



usuários dos serviços, além de analisar a capacidade de financiamento dos projetos da ANTAQ frente às políticas de crédito disponíveis.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 01/08/2024

JULHO ATINGE RECORDE DE ABERTURAS DE MERCADOS PARA O MÊS

Informações: Agromais (01 de agosto de 2024)

O mês de julho deste ano já se destaca como o melhor julho da série histórica em termos de novos acordos comerciais para produtos do agronegócio brasileiro. Conforme balanço da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), foram abertas 16 novas oportunidades de mercado em 9 países ao longo dos últimos 31 dias.

O desempenho ultrapassa o recorde anterior de julho de 2020, quando foram abertas dez oportunidades em cinco países. No ano passado, o mesmo mês registrou a abertura de um mercado em um país, contribuindo para a marca histórica de 78 novos mercados em 39 países ao longo de 2023. Desde janeiro de 2023, já houve a expansão de 166 novos mercados em 55 destinos. Julho é também o segundo melhor mês deste ano, ficando atrás apenas de junho, que registrou 26 novos mercados. Ele supera maio com 15, março com 10, janeiro com nove, fevereiro com sete e abril com cinco novas aberturas. Em 2024. Já foram contabilizados 88 novos mercados em 34 países, abrangendo todos os continentes.

Entre os principais mercados no mês estão pintos de um dia para o México, vísceras comestíveis para o Chile, gorduras e óleos de aves e ruminantes para o Equador, camarões para Austrália e ovos e pescados para Cuba.

“O desempenho de julho destaca a confiança internacional na segurança sanitária e na qualidade dos produtos brasileiros. Sob a liderança do ministro Carlos Fávaro e junto ao time do Mapa, continuamos a expandir nossos mercados graças ao rigor e à inovação no agronegócio do Brasil”, afirmou o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa.

A expansão de mercados internacionais tem sido importante para o crescimento das exportações brasileiras. Nos primeiros seis meses de 2024, o agronegócio representou 49,2% do total das exportações do país. A receita gerada pelo setor no semestre atingiu US\$ 82,39 bilhões, o segundo maior valor da série histórica.

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 01/08/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

POR RISCO CLIMÁTICO, MME PEDE EXCLUSÃO DE LOTE DE LEILÃO DE TRANSMISSÃO

Obras no Rio Grande do Sul contemplavam linhas e subestações, mas planos foram adiados
Por Daniel Cardozo 31 de julho de 2024 - Atualizado em 1 de agosto de 2024 Em Política energética, Setor elétrico



Transbordamento histórico do Rio Caí alagou subestação Nova Santa Rita, da Eletrobras CGT Eletrosul, na região metropolitana de Porto Alegre (Foto: Eletrosul)

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia (MME) recomendou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a exclusão do lote 2 do próximo leilão de transmissão. A preocupação da pasta é com adequação para eventos climáticos extremos, a exemplo da calamidade que se instalou no Rio Grande do Sul.

A informação sobre o ofício do MME foi levada pelo diretor da Aneel Fernando Mosna, durante a reunião ordinária da terça-feira (30/7).

A pasta informou à agência epbr que pretende incluir o lote no Rio Grande do Sul em outro leilão, a ser realizado no segundo semestre de 2025.

O lote 2 incluía linhas de transmissão justamente para as cidades gaúchas de Ivoti, São Sebastião do Caí, Caxias e Campo Bom, além de duas subestações de 230 kV/138 kV que seriam instaladas em São Sebastião do Caí e em Ivoti.

A decisão foi tomada após a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) fazer um estudo sobre interferências na mancha de inundação de 2024 com as obras previstas no leilão. O MME decidiu adiar a contratação de ativos, para evitar riscos de implantação e problemas operacionais relacionados.

A pasta acredita que os estudos para reavaliar os traçados das linhas de transmissão e das localizações das subestações estejam prontos até o fim deste ano, mas as obras só serão licitadas no ano que vem.

Segundo o MME, as obras do Leilão de Transmissão 2/2024 estão dentro do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE).

Os licenciamentos ambientais de leilões anteriores estão travados em meio às dificuldades no Ibama.

No ofício enviado à Aneel, o MME informou que o material técnico encaminhado à agência deverá ser reavaliado e que a readequação não ocorrerá em prazo hábil antes do leilão, marcado para o dia 27 de setembro na B3, em São Paulo.

A pasta indica que existe a necessidade de mitigar riscos de implantação em caso de eventos climáticos extremos.

O Rio Grande do Sul conviveu com alagamentos em 2023 e 2024. A subestação Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre precisou ser desligada nas duas ocasiões.

Sobre o leilão

A Aneel previa investimentos de R\$ 4,06 bilhões, com obras que passariam pelos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A previsão era construir 848 quilômetros de linhas de transmissão, com capacidade de transformação de 1.750 MVA. As obras gerariam 10,8 mil empregos.

Histórico

Os dois leilões de transmissão realizados pela Aneel em 2022 contratam 5.999 quilômetros de linhas de transmissão, com um custo estimado de R\$ 18,6 bilhões.

Em 2023, a agência realizou mais dois leilões, que totalizaram R\$ 37,4 bilhões em investimentos, para a construção de 10,6 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Já em março de 2024, o leilão negociou a construção de 6.464 km de linhas de transmissão, com investimento previsto de R\$ 18,2 bilhões.

O próximo certame está marcado para o mês de setembro, com obras que chegarão a R\$ 4 bilhões, para a construção de 848 km de linhas de transmissão.

Ou seja, os investimentos nos três anos vão chegar a R\$ 74,2 bilhões, sem que haja previsão de conclusão da análise ambiental dos empreendimentos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 01/08/2024

MME TENTA INCLUIR USO DE RECEITA DO ÓLEO NA CDE EM PROJETO DE REFORMA DO SETOR ELÉTRICO

Ministro de Minas e Energia tem defendido essa tese em reuniões com o presidente Lula, a Casa Civil e a Fazenda

Por Hanrrikson de Andrade e Daniel Cardozo 1 de agosto de 2024 Em Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética, Setor elétrico



Presidente Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira durante reunião no MME (Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia pretende incluir no projeto para reestruturação do setor elétrico a destinação de receitas da comercialização de petróleo pela União para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A intenção da pasta é aproveitar o cenário de elevação dos volumes de óleo comercializado pela Pré-sal Petróleo SA (PPSA) a partir da partilha de campos no pré-sal para reduzir os custos das tarifas de energia no país.

Essas informações foram antecipadas pelo político epbr (teste grátis) e confirmadas à epbr nesta quinta (1/8), pelo ministro Alexandre Silveira (PSD), durante evento em Brasília.

“No óleo da União, nós temos uma curva de crescimento até 2029. Então, não afetaria de jeito nenhum o Fundo Social. Exatamente porque o Fundo Social tem uma previsibilidade de orçamento dentro da atual produção da PPSA, da parte do óleo da União”, defendeu o ministro.

A decisão não está tomada e dependerá do Palácio do Planalto e da equipe econômica de Fernando Haddad (PT).

O MME pretende concluir o projeto de lei ou medida provisória da reestruturação em setembro, quando serão apresentadas novas propostas para ampliação do mercado livre de energia.

“Uma das ideias, eu sempre destaco isso, é que o crescimento da produção possa financiar as políticas públicas da CDE”, completou.

A CDE financia políticas públicas, como a tarifa social de energia elétrica, e subsídios destinados à fontes fósseis e renováveis.



Atualmente, os subsídios custeados pela CDE são responsáveis por 13,21% do preço das tarifas de energia dos consumidores regulados. Em 2023, foram pagos R\$ 40,3 bilhões em subsídios.

Negociações com a Eletrobras

Compõe ainda a cesta de alternativas a destinação de recursos da privatização da Eletrobras para antecipar o pagamento de empréstimos também pagos por meio da CDE.

Um caminho está previsto na MP 1212, que autorizou o governo a negociar com os bancos credores a quitação antecipada em troca da antecipação dos depósitos futuros que a empresa ficou obrigada a realizar a partir da privatização, em troca de novos contratos para as hidrelétricas.

A securitização desses aportes, contudo, implicará em perdas, dado os descontos que serão necessários para antecipação dos valores. Em paralelo, o governo negocia mais espaço no conselho da Eletrobras, com base nas ações remanescentes.

O ministro participou na manhã desta quinta (1/8) de uma reunião de cerca de quatro horas no Palácio do Alvorada, junto ao presidente Lula e outros ministros.

Segundo ele, os assuntos referentes à CDE não foram discutidos. No entanto, Lula cobrou medidas concretas por parte da pasta para reduzir o custo da energia no país.

Entre os pontos que foram debatidos na reunião está a situação da Eletrobras. “Sempre está na pauta”, comentou Silveira, que disse ainda não abrir mão do acordo a fim de garantir ao governo “a representatividade” equivalente ao volume de ações ordinárias.

Em outras palavras, a prevalência tanto no conselho de administração quanto no conselho fiscal da estatal.

O ministro declarou que o MME não está preocupado com a possibilidade de caducidade da MP 1212/24, que pode ocorrer simultaneamente aos entraves nas negociações com a Eletrobras na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal. Segundo ele, são assuntos independentes.

“Estamos andando com a securitização [dos repasses devidos à CDE] em paralelo ao acordo [sobre representatividade na Eletrobras]. Não tem problema nenhum se precisar reeditar a medida provisória. Se precisar de reeditar, a gente reedita.”

O impacto tarifário, segundo Silveira, é uma “bomba de efeito retardado” que precisa ser desarmada com ideias “criativas”. Além do mercado livre, o MME estuda formas de transferir parte da CDE para o orçamento da União.

PPSA estima R\$ 17 bilhões para 2025

Na quarta-feira (31/7), a PPSA realizou um leilão de cargas de óleo na B3, em São Paulo, e estimou que as receitas poderão chegar a R\$ 17 bilhões. Os recursos serão recebidos ao longo de 2025 e podem variar conforme o preço do barril, o valor oferecido no leilão e a taxa de câmbio.

Até 2023, a venda de óleo da União rendeu R\$ 13 bilhões aos cofres públicos, mas o volume vai subir consideravelmente até 2030, se aproximando dos R\$ 70 bilhões, segundo estimativas da PPSA.

“É preciso achar uma solução para que a gente continue fazendo os estímulos necessários à transição energética, mas que esses estímulos não continuem sendo pagos pelo pobre e pela classe média. Eu defendo que a gente não deve continuar colocando mais custos na CDE, porque isso vai inviabilizar o crescimento nacional”, afirmou Silveira após o leilão.

O que é pago com a CDE?



A Conta de Desenvolvimento Energético custeia programas sociais, como o Luz Para Todos e a tarifa social, mas há incentivos para fontes de energia.

Usinas eólicas, solares e movidas a biomassa são fomentadas por recursos da CDE com descontos tarifários na distribuição.

Energias poluentes, como carvão vegetal e óleo combustível, também recebem subsídios do fundo setorial.

Os sistemas isolados, que precisam de combustíveis fósseis para terem suprimento, dependem da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), inserida na CDE.

Também entram na CDE os incentivos a irrigação para a agricultura, distribuidoras de pequeno porte, água, esgoto e saneamento.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 01/08/2024

BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO AGRAVA ATIVIDADES DA ANP

Congelamento de R\$ 15 bilhões do orçamento da União bloqueou R\$ 35 milhões de órgãos ligados ao setor de energia

Por Fernando Caixeta 1 de agosto de 2024 Em Política energética

BRASÍLIA – Enquanto prepara o detalhamento das dotações orçamentárias que serão bloqueadas para informar ao governo, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) prevê impactos sobre diversas atividades da agência. O Decreto 12.120, de 30 de julho de 2024, bloqueou R\$ 11,4 milhões da programação orçamentária autorizada para este ano.

O bloqueio e contingenciamento de despesas feitos pelo governo federal para para o cumprimento da meta fiscal de 2024 atingiu os órgãos do setor de energia. Somados, o Ministério de Minas e Energia (MME) e as agências nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e do Petróleo (ANP) terão cerca de R\$ 35 milhões congelados.

A epbr apurou que essa limitação nas despesas deve impactar diretamente na fiscalização do mercado de combustíveis e das unidades de produção marítimas. Recentemente, por falta de verba, a ANP limitou a abrangência da pesquisa de preços em postos revendedores.

Também estão previstas repercussões no Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, além de aquisição de equipamentos para o Centro de Pesquisas Tecnológicas da ANP e maior limitação sobre o levantamento de preços dos combustíveis.

O congelamento do orçamento deve impor, ainda, prejuízo à gestão e armazenamento de dados técnicos, a aquisição de equipamentos para o Banco de Dados de Exploração e Produção; custeio de atividades administrativas da Agência, investimentos em tecnologia da informação e ações de capacitação dos servidores, conforme informou a ANP.

Redução do orçamento e apoio à causa de servidores

Em junho, num movimento coordenado pelas diretorias de várias agências reguladoras, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, suspendeu a reunião de diretoria em apoio aos pleitos apresentados pelos servidores ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Saboia sustenta que a ANP conta com um orçamento, para 2024, que representa apenas um terço do nominal referente a 2013, ou 18% do valor real corrigido pela inflação. Disse, ainda, que o processo de abertura do mercado de gás natural pode ser prejudicado pela falta de pessoal e cortes orçamentários.

Questões orçamentárias têm mobilizado servidores de toda a regulação federal e, no caso da ANP, impactado no avanço de projetos importantes.

Paralisação de servidores

A rodada de negociações entre servidores das agências reguladoras e o governo federal, realizada na segunda (29/7), não agradou a categoria. Sem o avanço nas tratativas, estão paralisadas as atividades nas agências por 48 horas, encerrando o prazo no fim desta quinta (1º/08).

O Sindicato dos Servidores das Agências Reguladoras (Sinagências) pretende apresentar uma contraproposta. Novas assembleias ainda são necessárias para discutir os reajustes, que passariam de 21,4% para 23% no caso dos cargos de carreira; e 13,4% para 14,4% para o Plano Especial de Cargos (PEC).

A paralisação eleva a pressão sobre o governo. Com a nova rodada, os servidores se aproximam do ponto de decisão: se vão em frente com a sinalização de uma greve geral.

Nas áreas de petróleo e energia elétrica, a mobilização já tem afetado a instrução de processos e autorizações, como as licenças de importação de diesel e gasolina, por exemplo. A entrada em operação de novas plataformas, que vem sofrendo com atrasos, depende do aval de áreas técnicas da ANP. Tem efeito direto na produção de petróleo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 01/08/2024

OS OVOS DE OURO DA TRANSIÇÃO

Atração de indústrias verdes é positiva, mas o verdadeiro valor está nas vantagens comparativas do Brasil para o amplo desenvolvimento industrial, escreve Rosana Santos

Por E+ Transição Energética 1 de agosto de 2024 Em A transição explicada, Política energética, Transição energética



Rosana Santos é diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética (Foto: Divulgação)

As oportunidades do Brasil no contexto da transição energética global podem ser associadas à conhecida história da galinha de ovos de ouro. Enquanto na fábula de Esopo o casal de camponeses mata o animal na esperança de encontrar uma grande quantidade do metal, o risco por aqui é nos concentrarmos apenas nos ganhos relativamente rápidos da atração de indústrias das cadeias produtivas ligadas aos energéticos verdes.

Certamente o impacto positivo seria significativo, mas muito inferior àquele que podemos obter com o uso das nossas vantagens comparativas como alavancas para o desenvolvimento da nossa indústria num sentido mais amplo.

Há cerca de duas décadas, quando a expressão transição energética ainda estava distante do jargão corporativo, o mundo começou a se voltar para o desenvolvimento das novas fontes renováveis de energia, notadamente a eólica e a solar.

Por aqui, esse movimento se traduziu não só num crescimento exponencial da participação dessas fontes na matriz elétrica, como garantiu a atração de agentes voltados ao segmento, com destaque para a instalação de fábricas de equipamentos dessas cadeias.

Agora, a transição ganha novos contornos, com o interesse crescente de agentes voltados a outras esferas do ecossistema da energia limpa, como a produção de hidrogênio de baixas emissões de carbono, baterias e produção de biocombustíveis, entre outras iniciativas, atraindo fornecedores de

peças e equipamentos, investidores em projetos e a formação ou o fortalecimento de organizações de classe.

Sem dúvida, todas essas iniciativas promovem importantes resultados para a economia brasileira, com destaque para impactos diretos em termos de geração de empregos inclusive em alguns dos municípios mais carentes do país. Mas alternativas para “chocar” os ovos dourados e aumentar significativamente o seu rendimento não faltam.

O fato é que, como temos defendido em diversos fóruns, temos totais condições de utilizar a urgência da descarbonização das economias globais como uma alavanca para o nosso próprio desenvolvimento socioeconômico. Mas isso implica que façamos a transição na nossa indústria, não apenas nos voltemos à indústria da transição.

A renovabilidade das nossas matrizes elétrica e energética faz com que, nas atuais condições, a produção industrial brasileira já seja mais limpa do que a média mundial. O aço produzido em nossas siderúrgicas, por exemplo, já tem uma pegada de carbono cerca de 20% inferior ao da China e da Índia.

Ao mesmo tempo, temos totais condições de reduzir ainda mais essas emissões, garantindo a fabricação de produtos verdes que as mudanças climáticas exigem e pelos quais já vemos alguns países dispostos a pagar mais caro.

Mais, além de impulsionar a indústria existente para um novo patamar, esse contexto nos coloca entre os destinos prioritários para investimentos industriais interessados justamente em aproveitar tal potencial. O grande mercado consumidor local, a proximidade geográfica de outros mercados e a grande oferta de mão de obra qualificada também fazem a diferença nessa escolha.

Evidentemente que transformar esse potencial em realidade exige um esforço enorme do país: chocar os ovos, criar os frangos, torcer que a maioria deles sejam galinhas poedeiras. E até contar um pouco com a sorte, porque pode dar tudo errado e lá na frente as novas galinhas gerarem apenas ovos comuns. De qualquer forma, ter uma galinha mágica e uma granja também pode ser muito lucrativo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 01/08/2024

MAIS DE 30 PAÍSES PEDEM PAUSA NA MINERAÇÃO NO FUNDO DO MAR

Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos discute política para proteção dos oceanos diante da busca por minerais de transição energética

Por Nayara Machado 1 de agosto de 2024 Em Transição energética



Reunião do Conselho da ISA em Kingston, na Jamaica (Foto: Diego Noguera/ IISD/ENB/ISA)

BRASÍLIA — Tuvalu, que havia patrocinado anteriormente a exploração mineral em águas profundas, Áustria, Honduras, Guatemala e Malta se uniram nesta semana ao grupo de países que pedem a interrupção do início da mineração no ambiente marinho. Até agora, 32 nações do Pacífico, Europa, América Latina e Caribe formalizaram posição pedindo mais tempo para avaliar os possíveis impactos dessa atividade.

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, em inglês), composta por 167 nações e a União Europeia, está em sua terceira semana de reuniões para discutir o que fazer diante da demanda crescente por matérias-primas para transição energética e o interesse de grandes mineradoras de extraí-las de águas profundas.

Ao mesmo tempo, há uma preocupação entre governos, empresas, populações indígenas, cientistas e ambientalistas sobre os efeitos disso para o ecossistema marinho e também para o clima do planeta.

Ao anunciar apoio a uma pausa preventiva, na última terça (30/7), Monise Laafai, membro do parlamento de Tuvalu, alertou que os impactos dessa atividade podem alcançar até mesmo a produção de alimentos.

“A proteção do oceano não é um mandato técnico, mas sim uma responsabilidade moral para nós. Visões de mundo semelhantes são compartilhadas por outros povos indígenas; o oceano não é apenas um recurso, mas uma base de vida, cultura e sustento”.

“A potencial degradação ambiental causada pela mineração em alto mar pode impactar severamente nossa segurança alimentar, interromper nossas práticas tradicionais e minar nossa herança cultural”, completou Laafai.

A reunião deverá terminar na sexta (2/8), com a eleição do próximo secretário-geral. O Brasil indicou uma candidata.

Minerar em águas profundas significa extrair recursos do fundo do oceano abaixo de 200 metros – onde está mais de 95% da biosfera do planeta.

De acordo com a Fundação de Justiça Ambiental, esta prática é projetada para perturbar milhões de toneladas de sedimentos anualmente, liberando CO2 acumulado ao longo de milhões de anos no ciclo oceânico de carbono.

A ONU calcula que os oceanos geram 50% do oxigênio necessário para a vida humana, absorvem 25% de todas as emissões de CO2 e capturam 90% do excesso de calor gerado por essas emissões – são os maiores sumidouros de carbono do planeta.

Contexto

Atualmente, a indústria de mineração não pode atuar em águas internacionais, mas não há legislação definitiva sobre o tema.

Em 2021, a pequena ilha de Nauru, no Pacífico, protocolou um pedido formal para obter licença comercial para a mineradora canadense The Metals Company iniciar exploração no fundo do mar. A companhia quer iniciar a mineração comercial no Oceano Pacífico ainda este ano.

Pela Lei do Mar, a ISA é obrigada a chegar a uma posição em até dois anos — prazo que já venceu e a organização segue discutindo a regulamentação da atividade.

“Mais governos participaram dessas negociações globais do que nunca, incluindo o presidente de Palau e vários ministros em um sinal da crescente proeminência política e interesse público em parar a mineração em águas profundas”, relata o Greenpeace Internacional, que acompanha as negociações da ISA na Jamaica com a campanha Stop Deep Sea Mining.

A expectativa da organização ambiental é que a onda de apoio à proteção do oceano pavimente o caminho para uma pausa formal ou moratória na mineração em alto mar.

“Um ano atrás, um grupo de países pró-mineração bloqueou com sucesso essa discussão, mas uma proposta renovada apoiada por ainda mais países este ano provocou um debate animado na quarta-feira, com os países concordando em manter as discussões em andamento para decidir os próximos passos quando a reunião terminar na sexta-feira”, completa o Greenpeace.

O novo apoio para o desenho de um código de mineração veio de Madagascar, Vietnã, Marrocos e Bélgica, além do México, que compõe o grupo pró-moratória, mas em 2023 estava com China e Nauru na oposição à inclusão de uma política geral na agenda da ISA.

Descoberta de oxigênio renova pressão

Na semana passada, a publicação de um estudo revelando que os nódulos polimetálicos que as empresas de mineração querem extrair do oceano podem estar produzindo oxigênio no oceano profundo renovou a pressão por mais pesquisa antes de colocar enormes máquinas em operação.

Panamá, Costa Rica e Bélgica, pediram precaução nas licenças, enquanto a empresa que financiou parcialmente o estudo, The Metals Company, contestou as descobertas.

Países se posicionam

Até agora, 32 governos nacionais tomaram posições contra a mineração em águas profundas internacionais:

Estados Federados da Micronésia, Fiji, Palau e Samoa integram a Aliança de Países que Apelam para uma Moratória de Mineração em Alto Mar, lançada por Palau na Conferência Oceânica da ONU de 2022 em Lisboa.

Canadá, Nova Zelândia, Suíça, México, Peru e Reino Unido apoiam uma moratória de 10 anos. A França é mais radical e se declara pela proibição.

Já Áustria, Brasil, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, Finlândia, Alemanha, Grécia, Guatemala, Honduras, Irlanda, Dinamarca, Malta, Mônaco, Panamá, Portugal, Espanha, Suécia, Tuvalu, Vanuatu defendem uma pausa preventiva, até que se tenha mais segurança sobre os riscos e benefícios da atividade.

Na outra ponta, Argentina, Bangladesh, China, Rússia, Índia, Ilhas Cook, Gana, Ilhas Maurício, Nauru, Noruega, Japão e Jamaica estão entre os apoiadores das iniciativas de mineração. Na semana passada, membros do governo indiano informaram que o país planeja explorar a Zona Clarion-Clipperton, entre o Havaí e o México, onde há concentração de nódulos polimetálicos contendo manganês, níquel, cobre e cobalto.

Vale dizer: a ISA só supervisiona águas internacionais – os países são livres para realizar a exploração em suas águas nacionais.

Há um ano, a Noruega abriu 280 mil quilômetros quadrados em áreas nos mares da Groenlândia, Noruega e Barents para que empresas de mineração solicitem licenças.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 01/08/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO LULA APERTA REGRA E TRAVA R\$ 47 BI EM GASTOS DOS MINISTÉRIOS ATÉ SETEMBRO; ENTENDA

Valor representa a soma de congelamento de R\$ 15 bilhões que já foi feito com nova limitação de gastos determinado em decreto

Por Geralda Doca e Manoel Ventura — Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adotar um controle preventivo de despesas para garantir que a meta de resultado das contas públicas, que estabelece um déficit zero, será cumprida. Com a norma, na prática, os ministérios não poderão gastar cerca de R\$ 47 bilhões até setembro para despesas de investimentos e custeio da máquina pública (como contas de luz e de água).



Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet — Foto: Claudio Reis/Agência Enquadrar/Agência Globo

A regra foi estabelecida no decreto de programação orçamentária e financeira, publicado no fim da noite de terça-feira, e assinado pelo presidente Lula. Esse decreto foi publicado para estabelecer quais áreas seriam afetadas pelo congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos, que já havia sido anunciado pela equipe econômica.

O mesmo decreto, porém, impede que os ministérios usem todo o dinheiro “restante” como bem entenderem. A regra irritou integrantes de outras áreas do governo, fora da equipe econômica, que foram pegos de surpresa.

Pela norma, só será possível gastar 35% dos recursos disponíveis, até setembro. Até novembro, será permitido gastar mais 35%. Em dezembro, os 30% restantes. Em setembro e em novembro serão publicados dois novos relatórios de avaliação do comportamento das receitas e das despesas.

Esses dois novos relatórios podem indicar a necessidade de o governo bloquear mais gastos para se chegar na meta fiscal. Por isso, a equipe econômica resolveu segurar a permissão para as demais áreas do governo gastarem.

O governo considera difícil rever a contenção de despesas de R\$ 15 bilhões. Por isso, os ministérios já dão esse dinheiro como perdido.

Considerando o que os ministérios já empenharam (se comprometeram a gastar) neste ano e descontando os R\$ 15 bilhões, há cerca de R\$ 49 bilhões disponibilizados para despesas de investimentos e custeio.

Pela regra do decreto, os ministérios só poderão gastar, desse total, R\$ 17 bilhões em agosto e setembro. Dessa forma, na prática, o esforço fiscal da Esplanada será de R\$ 47 bilhões nesse período.

Mantido o cenário atual, outros R\$ 17 bilhões seriam gastos em outubro e novembro. E todo o restante em dezembro.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse ao GLOBO que, apesar do bloqueio de R\$ 15 bilhões ser elevado, a previsão de déficit nas contas públicas está próxima do limite da meta. O governo prevê um déficit de R\$ 28,8 bilhões, no limite permitido pelo arcabouço fiscal (que permite uma variação de 0,25% do PIB sobre a meta de déficit zero).

— Vamos supor que eu tenha uma surpresa de R\$ 2 bilhões de uma receita que veio a menos uma despesa que veio a mais. Eu descumpriria a meta de (resultado) primário com todas as sanções que o presidente, que o governo teria, contingenciamento e despesa menor em 2026. Para evitar que a gente chegue no final do ano correndo o risco de descumprir, a gente está faseando.

O secretário afirmou que a pasta vai monitorar mais de perto os empenhos. Segundo ele, se algum ministério precisar de mais recursos, pode ser solicitado e isso poderá ser alterado.

— A regra geral é: você vai poder usar mais aqui, mas depois a gente vai bloquear a frente.

Alguns ministérios fazem contas para saber como serão afetados. A pasta das Cidades, por exemplo, dos R\$ 15 bilhões que tinha como dotação, só restam R\$ 3 bilhões. Os técnicos dizem que isso deve afetar obras de saneamento.

O Ministério da Educação também deve segurar empenhos.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 01/08/2024

GOVERNO FEDERAL PEDE AO STF MAIS PRAZO PARA CONCILIAÇÃO EM PROCESSO QUE DISCUTE PODER DE VOTO NA ELETROBRAS

União e empresa querem mais 45 dias para concluir conversas

Por *Daniel Gullino — Brasília*



Fachada da sede da Eletrobras no Rio de Janeiro — Foto: Ana Branco

A Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação, por 45 dias, da conciliação envolvendo o poder de voto da União na Eletrobras. A empresa já havia feito o mesmo. As solicitações serão analisadas pelo relator, ministro Nunes Marques.

Na petição, o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirma que as conversas "estão em fase conclusiva do processo conciliatório", mas ressalta que "a complexidade intrínseca do caso exige a discussão e a finalização minuciosa de alguns pontos cruciais". O tempo extra seria necessário para dar segurança jurídica, "assegurando que todas as questões sejam resolvidas de maneira abrangente e definitiva, proporcionando estabilidade e confiança para todas as partes envolvidas".

Em abril, o ministro Nunes Marques, relator da ação apresentada pelo presidente Lula ao Supremo, já havia prorrogado por mais 90 dias a negociação travada pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Caberá a ele dizer, agora, se atenderá ou não ao novo pedido feito pela empresa.

A União negocia ampliar seu poder no Conselho da estatal, e a empresa quer se desfazer da Eletronuclear (estatal que é controlada pela União mas que a Eletrobras ainda tem participação relevante).

"As negociações em andamento tratam, neste momento, de três temas: a participação da União nos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, a antecipação de recursos devidos à Conta de Desenvolvimento Energético, e o desinvestimento da Eletrobras de sua participação acionária na Eletronuclear, com a sua consequente exoneração do projeto de construção da Usina Nuclear de Angra 3, a cargo da referida empresa estatal", afirmou a Eletrobras, em fato relevante publicado na quarta-feira.

Fonte: *O Globo - RJ*

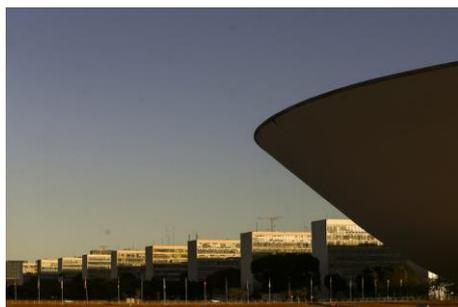
Data: 01/08/2024

FÓRMULA QUE ELEVA PARA R\$ 50 BI O BLOQUEIO DE GASTOS ALIVIA A PRESSÃO QUE VINHA DO RISCO FISCAL

Governo tenta evitar a corrida para gastar antes de contingenciamento

Por *Miriam Leitão*

Nesse dia seguinte à super quarta uma notícia alivia a tensão em relação às contas públicas que tem estado presente tanto nas análises do mercado financeiro quanto nas decisões do Copom. Na prática a contenção de despesas anunciada pelo governo pode chegar a cerca de R\$ 50 bilhões, revelaram as jornalistas do Valor Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta.



Esplanada dos Ministérios, em Brasília — Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

A coisa funciona assim: foi incluído no decreto de programação orçamentária e financeira um dispositivo que impede que os ministérios gastem tudo o que restou, além do que foi bloqueado. Há uma espécie de dosagem dos gastos. As pastas só poderão empenhar até setembro 35% desse saldo. Isso para o caso de ser necessário outro bloqueio, se houver frustração de receita. E há um item que tem frustrado, o da arrecadação do

Carf.

No caso do dólar, outro ponto de pressão inflacionária, um economista com quem eu conversei considera um erro a citação feita pelo Copom no comunicado sobre a taxa de câmbio "persistentemente mais depreciada", como escrevi hoje na coluna. É que ao fazer essa análise, o Banco Central pode tornar a cotação mais alta da moeda americana uma profecia autorrealizável. A indicação de uma expectativa de dólar ascendente pela autoridade monetária faz que essa estimativa de cotação passe a entrar nas decisões de formação de preço. E já tem empresas fazendo isso, por exemplo, na área de fertilizantes.

A questão, é que segundo os economistas não há fundamentos que justifiquem o dólar subir tanto. Eles citam o fato de a balança comercial estar em seu segundo maior saldo da história, ou seja, está entrando muito dólar pelo lado do comércio. O real é hoje a pior desempenho entre as moedas emergentes, o que mostra que tem alguma coisa a mais relacionada à moeda brasileira.

De qualquer maneira, o balanço do dia de ontem é positivo porque acendeu-se uma luz no fim do túnel com a sinalização de Jerome Powell, presidente do Fed, o banco central americano, de que os juros podem cair a partir de setembro. A tendência de redução de juros nos Estados Unidos enfraquece o dólar em relação a outras moedas e o cenário para o ano que vem fica bem melhor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/08/2024

CONSELHO DA PETROBRAS SUBSTITUI LÍDER DO COMITÊ DE AUDITORIA EM REUNIÃO SEM EXPLICAÇÕES

Segundo fontes, a mudança seria uma espécie de retaliação a conselheiro Francisco Petros

Por Bruno Rosa



Edifício sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro — Foto: Guito Moreto / Infoglobo

O Conselho de Administração da Petrobras alterou o comando de um de seus comitês mais importantes, o de Auditoria Estatutária (CAE), em reunião realizada na última sexta-feira. Na estatal, os comitês funcionam para auxiliar os trabalhos dos conselheiros.

Uma das funções do CAE é monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras, dos gastos da empresa, das denúncias e do resultado dos planos mantidos pelo fundo de pensão da estatal.

Na reunião, segundo fontes, a mudança no CAE foi pautada por Pietro Mendes, presidente do Conselho de Administração da estatal e pessoa de confiança de Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia (MME). Sem dar explicações, ele propôs a retirada de Francisco Petros do comando do CAE, cujo mandato iria até abril de 2025. Não houve justificativa para a mudança, confirmou outra fonte.

Pietro sugeriu para o lugar de Petros o nome de Jerônimo Antunes, que, assim como Petros, também é representante dos acionistas minoritários. Todos os conselheiros votaram a favor da proposta de Pietro, exceto o próprio Petros e Marcelo Gasparino, conselheiro que também representa os minoritários.

Segundo fontes, não foi dada uma explicação ou justificativa durante a reunião, pegando parte dos conselheiros de surpresa. Outra fonte ouvida pelo GLOBO revelou que a retirada de Petros é uma espécie de “retaliação” pelo comportamento do conselheiro, que nas reuniões internas vem pedindo mais transparência à companhia. Recentemente, ele defendeu a necessidade da realização de uma assembleia para cancelar Magda Chambriard no comando da estatal.

Além da retirada de Petros, foi aprovada também a mudança para que o Comitê tenha maioria de membros externos, o que na prática já vinha ocorrendo desde 2023. “A alteração foi amparada por parecer jurídico favorável e está aderente às melhores práticas de mercado adotadas por outras companhias cuja composição do CAE tem maioria de membros externos”, disse o Conselho de Administração da estatal em nota.

Outra fonte do setor apontou forte preocupação com a governança da empresa, que vem tendo cada vez mais influência do Ministério de Minas e Energia, sobretudo nas indicações dos diversos comitês que fazem parte da estatal. O colegiado da estatal destacou ainda que “não houve em mais de um ano, durante a presidência do Conselheiro Francisco Petros, nenhuma manifestação sobre suposta irregularidade na composição do CAE, só sendo apresentado descumprimento do regimento interno após a proposição de sua substituição”.

O Conselho afirmou ainda que houve eleição para os novos conselheiros em abril deste ano, sendo necessário “mudar a composição dos comitês”. O Conselho destacou que Antunes é o maior especialista em auditoria e contabilidade entre todos os conselheiros. “Além de ser conselheiro independente eleito pelos minoritários, é professor doutor de contabilidade da USP” com experiências na Eletrobras e na Vibra.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/08/2024

TCU CONCLUIU QUE HOUVE IRREGULARIDADES EM CONTRATO DA PETROBRAS COM PETROQUÍMICA UNIGEL

Segundo a Corte, a estatal subestimou os riscos do contrato e supervalorizou suas oportunidades. Acordo foi encerrado em junho deste ano sem ter entrado em vigor
Por Bernardo Lima — Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que houve irregularidades em um contrato firmado entre a Petrobras e a petroquímica Unigel que envolvia arrendamento de fábricas de fertilizantes e fornecimento de gás.

Celebrado em dezembro de 2023, o contrato se encerrou em junho deste ano sem ter entrado em vigor — a estatal alega que o termo não teve suas condições de eficácia atendidas. O caso foi levado ao plenário da Corte de Contas nesta quarta-feira.

A Corte entendeu que a Petrobras cometeu uma “série de irregularidades” no decorrer do processo de celebração do contrato, que tinha vigência de 240 dias e pagamento global de R\$ 759,2 milhões.

O contrato foi firmado em modelo de “tolling”, em que a estatal forneceria gás natural para a fabricação de fertilizantes e receberia o produto industrializado, ficando a Unigel responsável pelo processo fabril.



Segundo o termo celebrado entre as companhias, a produção seria feita em fábricas de fertilizantes da Petrobras em Sergipe e Bahia que foram arrendadas pela Unigel, em 2020, pelo período de dez anos.

Na avaliação da Corte, o contrato era "antieconômico", ou seja, previa um preço elevado e ia contra os princípios de uma boa gestão econômica.

"A avaliação econômica, que deveria ter norteado a decisão, apresentou-se enviesada, considerando riscos e oportunidades que não deveriam ter sido levados em conta e subestimando outros elementos", destacou em seu voto o ministro Benjamin Zymler.

O acordo foi encerrado em junho deste ano sem ter sido colocado em prática. Por outro lado, o processo de análise do contrato já tramitava no TCU, inclusive com pedido de afastamento de diretores. Nesta quarta, a Corte de Contas considerou esses pedidos prejudicados, uma vez que o diretor foi demitido da estatal e que a análise técnica concluiu não haver conflitos de interesse.

"Espero que esta Corte de Contas não se defronte novamente com a situação descrita acima e que tais fatos sirvam de alerta à atual gestão da Petrobras", disse o ministro.

Procuradas, Petrobras e Unigel ainda não se manifestaram.

Análise de riscos da Petrobras

O TCU destacou uma análise de riscos feita pela própria Petrobras, que apontou que a celebração do contrato levaria a um prejuízo de R\$ 487,1 milhões durante seus oito meses de vigência.

Essa análise ainda era positiva se comparada com os outros dois cenários considerados pela Petrobras. Em um deles, a companhia previa um custo de R\$ 1,23 bilhão para retomar as duas fábricas de fertilizantes, na Bahia e em Sergipe. No outro cenário, a Petrobras estimou que não firmar e não retomar as fábricas poderia acarretar no prejuízo de R\$ 542,8 milhões.

A Corte constatou que as estimativas da estatal subestimaram os riscos do contrato e supervalorizam as oportunidades.

"O risco considerado distorceu completamente o resultado da análise econômica das alternativas, pois o valor monetário esperado do tolling ficou menos deficitário do que os das outras duas opções", escreveu Zymler.

Segundo o ministro, ao firmar o contrato, a Petrobras "não observou as boas práticas de governança que orientam as empresas estatais".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO LULA QUER DE VOLTA TERRENO DOADO AO EXÉRCITO DURANTE GESTÃO BOLSONARO PARA CONSTRUIR VLT

Área de 4,3 milhões de m² daria lugar a novo bairro na capital federal; Ministério dos Transportes quer implementar linha de VLT entre Luziânia (GO) e Brasília

Por Luiz Araújo (Broadcast)

BRASÍLIA – O governo federal quer de volta o terreno do Pátio Rodoferroviário de Brasília, patrimônio da União transferido ao Exército em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro – e que daria lugar a um novo bairro na capital federal.

O plano de uso residencial da área de 4,3 milhões de m² entrou em conflito com um projeto do Ministério dos Transportes, que quer implantar uma linha de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) entre Luziânia (GO) e Brasília.



Atualmente, operações dos trilhos que chegam ao Pátio Rodoferroviário estão concedidas à empresa de logística VLI
Foto: Wilton Junior/Estadão

A intenção para uso do terreno pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva foi oficializada em Acordo de Cooperação Técnica (ACT) publicado na semana passada no Diário Oficial da União (DOU). O ACT firmado com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Governo do Estado de Goiás prevê a destinação de R\$ 8,5 milhões

para financiar os estudos de implantação do VLT em trecho total de 60 quilômetros que ligam a cidade goiana à capital.

Atualmente, as operações dos trilhos que chegam ao Pátio Rodoferroviário estão concedidas à empresa de logística VLI, que utiliza o ramal para o transporte de carga e descarga de minério, como carvão de coque, bauxita e areia. O encerramento dessas atividades é previsto tanto no projeto residencial como no agora em estudo pelo governo federal, conforme apurou a reportagem.

Doação

Na cerimônia de assinatura do termo de entrega do Pátio Rodoviário, em maio de 2020, o Ministério da Economia disse que o terreno viabilizaria construções voltadas aos militares. No entanto, antes disso, já havia diálogos para exploração comercial. Apesar de a transferência da área ter sido efetivada em 2020, já havia a promessa de que isso seria feito desde meados de 2006.

O terreno próximo ao Eixo Monumental, no Plano Piloto, teve parte da divisão do solo aprovada em 2022 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O processo junto ao Iphan foi aberto pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que estruturou um projeto de uso comercial e residencial com anuência do Exército. Após a apresentação da proposta, em 2022, a gestão militar teria se comprometido a transferir partes do terreno ao GDF.



A ideia, segundo informa o Exército desde meados de 2020, é transferir a maior parte da área para que a iniciativa privada construa prédios residenciais, comerciais e de uso misto. As atualizações públicas sobre as novas finalidades para o terreno foram paralisadas após a troca da gestão do governo federal, no início de 2023. No entanto, o Exército afirma à reportagem que segue “desenvolvendo projeto de parcelamento de solo da área” em parceria com o GDF.

Posicionamentos

Em relatório interno de abril do ano passado, o GDF diz que a parceria para elaboração do projeto se justificou pelo alinhamento de interesses do Exército, que buscava “aumento da eficiência da gestão do patrimônio imobiliário sob sua jurisdição” e do Governo Distrital, “com interesse em acompanhar, planejar e integrar as ações de desenvolvimento regional”.



A reportagem procurou o GDF e perguntou em qual fase está o projeto para uso da área, se há atualização sobre a transferência de parte do solo para seu domínio e se a gestão foi informada de que o governo federal quer usar o terreno para o projeto de VLT. O GDF informou apenas que as perguntas “devem ser respondidas pelo Exército, Iphan e Ministério dos Transportes”.

Área de 4,3 milhões de m² foi transferida ao Exército em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro Foto: Wilton Junior/Estadão

Ao Exército, foi questionado se a transferência da área para seu domínio foi uma demanda própria e, em caso positivo, o que justificou o pedido. Ainda, se o comando foi comunicado sobre o projeto do governo e se há diálogo para eventual devolução. Não houve resposta a esses questionamentos.

Em nota, a gestão militar disse apenas que o projeto de parcelamento do solo segue em desenvolvimento junto ao GDF e que a fase atual é a de contratação de projetos técnicos. “Em relação à questão do mencionado VLT, o projeto já contempla uma linha férrea de trens para passageiros que poderá ser ativada”.

Nos projetos do GDF, o VLT é mencionado como uma possibilidade entre outras para integração da área por meio de transporte público, não sendo citada o uso da estrutura já existente. O projeto do GDF também cita ônibus entre as alternativas para atender o novo bairro.

Ao Ministério dos Transportes, foi questionado quais são as ações necessárias para retomar a titularidade do terreno e se seria possível conciliar o projeto do VLT Brasília-Luziânia com a instalação da área residencial prevista pelo GDF. A Pasta disse que a área em questão é “muito importante para o projeto”.

“O Ministério dos Transportes está avaliando o tema para abrir diálogo com o Exército e o Governo do Distrito Federal. Além disso, a Legislação sobre essa questão deve ser observada. Do ponto de vista técnico, a área em questão é muito importante para o projeto”, afirmou. “Neste contexto, cabe ressaltar que a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF) encaminhou um ofício para o Ministério das Cidades abrindo diálogo acerca dos estudos para o projeto de transporte de passageiros Brasília-Luziânia, considerando as competências do Ministério dos Transportes.”

Divisão da área

O projeto do GDF, disponível em documentos públicos, prevê a subdivisão da área em 11 lotes, com diferentes metragens: Lote 1 (32,8 mil m²); Lote 2 (18 mil m²); Lote 3 (18 mil m²); Lote 4 (18 mil m²); Lote 5 (18 mil m²); Lote 6 (18 mil m²); Lote 7 (18 mil m²); Lote 8 (25,5 mil m²); Lote 9 (14,8 mil m²); Lote 10 (75,8 mil m²) e Lote 11 (4,08 milhões de m²). Os lotes de 1 a 7 seriam destinados à comercialização mais imediata, localizados com frente à Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).

Os lotes 8, 9 e 10 já têm edificações, sendo elas o Shopping Popular, as plataformas da Rodoferroviária e a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do DF e Entorno (CENTCOOP). Pelo projeto, esses três lotes seriam doados ao GDF, que avaliaria o futuro das construções.

O lote 11, o maior deles, não chegou a ter uma definição oficial nos projetos conduzidos pelo GDF. Contudo, seria essa a área a receber edificações residenciais com capacidade total de reunir 63 mil moradores.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/08/2024

NÃO HÁ BALA DE PRATA PARA UMA SIDERURGIA MAIS LIMPA, MAS GÁS NATURAL É APOSTA, DIZ CEO DA GERDAU

Para Gustavo Werneck, fortalecimento do mercado de gás natural no Brasil pode ser saída para acelerar a diminuição de emissão de gases de efeito estufa na indústria do aço ainda nesta década

Por Shagaly Ferreira



Entrevista com Gustavo Werneck - CEO da Gerdau

Avanços no mercado de gás natural no Brasil podem ser a aposta que o setor siderúrgico precisa para acelerar a descarbonização da produção de aço na indústria doméstica. A medida é apontada como a alternativa mais viável para uma operação mais limpa em escala industrial pelo CEO da Gerdau, Gustavo Werneck. Segundo ele, a estratégia poderia reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) da siderurgia ainda nesta década.

“Nessa questão da descarbonização, não existe uma bala de prata, uma única solução. Então, a gente entende que é uma coletânea de pequenas ações que irão, ao longo dos anos, trazer o patamar de emissão de GEE para o valor aceitável,” diz. “Mas, se você me perguntar qual a grande transformação que o Brasil poderia passar no curto e médio prazos para impactar de forma decisiva a descarbonização da indústria brasileira, a resposta chama-se gás natural.”

Na avaliação do executivo, o combustível seria o substituto ideal para o coque metalúrgico, derivado do carvão mineral que, nos fornos industriais, é responsável por parte das emissões de dióxido de carbono (CO₂) do setor. No quadro atual, outras alternativas testadas, como biomassa e hidrogênio verde, ainda não conseguiram impactar de forma significativa a transição para uma produção mais limpa, afirma.

“O gás natural é uma solução que pode substituir boa parte do carvão mineral”, comenta o CEO. “A gente tem utilizado hoje a biomassa, por exemplo, mas todas (as alternativas de combustível mais limpo) ainda são iniciativas piloto. Nenhuma delas se concretizou em uma escala industrial. Sequer o hidrogênio verde, que é muito colocado como uma solução de descarbonização, ainda não é uma realidade, e a gente entende que não vai ser uma realidade no curto prazo.”

O desafio para alcançar uma produção menos poluente é grande no setor. Dados de 2022 da The World Steel Association apontam que, mundialmente, a indústria siderúrgica emite 1,89 tonelada de carbono a cada tonelada de aço produzido. O setor é responsável por volumes entre 7% e 9% das emissões diretas globais, e a maioria do CO₂ emitido é oriundo da reação química que ocorre durante a fabricação de aço.



No seu relatório de sustentabilidade de 2023, publicado nesta quarta-feira, 31, a Gerdau informou ter realizado emissões de GEE de 0,91 tonelada de carbono por tonelada de aço produzido. O índice representou um ligeiro aumento em relação a 2022 (0,86), mas ainda segue abaixo da média mundial. O volume mais baixo, que soma emissões diretas e indiretas (escopos 1 e 2), teria relação com investimentos em produção de carvão vegetal (250 mil hectares de base florestal renovável de eucalipto) e em fontes de energias menos poluentes.

Produção de aço enfrenta desafios com emissões de gases poluentes Foto: Washington Alves/Estadão

Recentemente, a empresa adquiriu 33,33% da plataforma de energia solar Newave Energia, com investimento de R\$ 1,5 bilhão para construção de uma megafábrica. A estimativa é que o



empreendimento destine 50% do seu volume de energia renovável para a siderúrgica. Segundo Werneck, outros negócios relacionados a energia solar estão nos planos da siderúrgica.

Já as ambições relacionadas ao uso do gás natural no Brasil precisam vencer alguns impasses de adequações regulatórias instituídas na Nova Lei do Gás e de organização da infraestrutura do mercado doméstico, para ganhos de competitividade e distribuição. De acordo com dados de um estudo de abril feito por ministérios do governo federal e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o País produziu 150 milhões de m³/dia de gás natural em 2023, com 84% da produção atrelada ao pré-sal. Apesar de se tratar de uma produção recorde, o mercado ainda não é robusto.

“O que falta hoje no Brasil é construir a infraestrutura para trazer esse gás para a costa e uma estrutura de distribuição desse gás para as principais fontes consumidoras. São projetos que, no horizonte de cinco, seis anos, a partir do momento de tomada de decisão, podem se tornar uma realidade”, analisa o CEO.

Abaixo, os principais trechos da entrevista.

A corrida pela descarbonização tem sido um desafio para a produção de aço no mundo, mas a Gerdau tem relatado avanços na redução das emissões de GEE frente à média mundial nos escopos 1 e 2. No caso do escopo 3 (emissões da cadeia de produção não controladas pela empresa), o cenário é mais desafiador para o setor em geral?

Sem dúvida. O grande foco nosso está na redução da emissão de GEE nos escopos 1 e 2, (pois) achamos que neles está a grande contribuição que a gente pode dar para descarbonização do setor produtivo de aço ao longo do tempo. O aço, globalmente, contribui com 7% das emissões de GEE. No Brasil, 4%. Quando você olha outras participações nesse volume total de gás emitido para atmosfera, pode parecer pequeno 4% ou 7%, (mas) entendemos que nós temos uma responsabilidade muito grande de fazer a nossa parte. Então, atacar com mais profundidade os escopos 1 e 2 é a grande oportunidade nossa de promover reduções mais significativas.

Mas nós também não deixamos de estudar e de pensar como podemos fazer contribuições no escopo 3. A questão desse escopo é que a gente tem uma enormidade de clientes de segmentos (que), muitos deles, já estão preocupados com isso. Por exemplo, o setor automotivo, que é muito importante para nós, tem buscado essa agenda. Mas o setor de construção, que é muito pulverizado, acaba de alguma forma afetando milhares de pessoas físicas, então é um pouco mais complexo criar ações para isso.

Por isso, nós vamos focar nos maiores problemas primeiro, que são escopo 1 e 2 e, à medida que formos criando condição de atacar o escopo 3, isso também está na nossa agenda. Dentro dos escopos 1 e 2, quando nós expressamos publicamente o nosso plano de reduzir as nossas emissões para 0,82 tonelada de CO₂ por tonelada de aço (até 2031), isso foi feito com uma metodologia que chama marginal abatement cost curve (em português, curva de custo de redução marginal), que consegue colocar de uma maneira muito clara a viabilidade econômica e técnica das tecnologias disponíveis. Me preocupa muito colocar metas de descarbonização de 20, 30 anos que sejam muito mais práticas do que aspiracionais.

E, no caso das emissões diretas de CO₂, em que a empresa tem investido em alternativas frente à dependência do carvão mineral nas operações, o quão avançado já está este cenário? Já é possível hoje uma produção sem o uso do carvão mineral?

A gente sempre diz que, nessa questão da descarbonização, não existe uma bala de prata, uma única solução. Então, a gente entende que é uma coletânea de pequenas ações que irão, ao longo dos anos, trazer o patamar de emissão de GEE para o valor aceitável. Temos procurado, sim, diversas iniciativas para testar todas as possibilidades de que isso se torne uma realidade. A gente tem utilizado hoje a biomassa, por exemplo, mas todas (as alternativas de combustível mais limpo) ainda são iniciativas piloto. Nenhuma delas se concretizou em uma escala industrial. Sequer o hidrogênio verde, que é muito colocado como uma solução de descarbonização, ainda não é uma realidade, e a gente entende que não vai ser uma realidade no curto prazo. Talvez (daqui a) uma década haja disponibilidade e distribuição de hidrogênio para que ele possa descarbonizar o setor.

Mas, se você me perguntar qual a grande transformação que o Brasil poderia passar no curto e médio prazos para impactar de forma decisiva a descarbonização da indústria brasileira, a resposta chama-se gás natural. Eu diria que não tem nada mais importante hoje na indústria brasileira, não só a do aço, para contribuir com a descarbonização do que a disponibilidade e a competitividade do gás natural. Temos debatido isso muito. A gente vê um entendimento do Ministério das Minas e Energia e esforços que estão sendo colocados em uma visão de mais médio prazo, para que o gás natural, de fato, seja o grande elemento de descarbonização da indústria brasileira nos próximos anos, mesmo não havendo bala de prata.

Quando o senhor fala em próximos anos, seria um prazo alinhado à Agenda 2030 ou precisaria de mais tempo?

Não precisa de mais tempo. O gás natural está disponível nas plataformas do pré-sal, só que, por falta de estrutura para trazer esse gás da costa, ele é reinjetado em um volume muito grande nas próprias plataformas. Então, o que falta hoje no Brasil é construir a infraestrutura para trazer esse gás para as principais fontes consumidoras. São projetos que, no horizonte de cinco, seis anos, a partir do momento de tomada de decisão, podem se tornar uma realidade. Se essas iniciativas forem concretizadas, o Brasil pode, ainda dentro desta década, promover uma redução muito grande na emissão de GEE.

Não é um projeto de 20, 30 anos. É um projeto de curto prazo.

Seria, então, uma solução para substituir o carvão mineral, um dos grandes gargalos da descarbonização do setor...

O gás natural é uma solução que pode substituir boa parte do carvão mineral. Ele não substitui integralmente o carvão. É por isso que o mundo hoje testa tecnologias para isso, e nos parece que uma delas é o hidrogênio. Para ter um processo de produção de aço em uma rota integrada com carvão e minério, isso vai demorar um tempo. Mas, sem dúvida, o gás natural pode exercer um papel de curto prazo bem importante.

Isso já em escala industrial?

Já em escala industrial. A gente já utiliza o gás natural nesse processo, só que em volumes pequenos. Além disso, esse é um gás que é caro para o processo produtivo. Então, na hora em que houver mais disponibilidade e (menor) preço, esse crescimento do gás natural será imediato porque a gente já sabe como utilizá-lo.

Um outro desafio do setor siderúrgico é a transição energética, e a Gerdau avançou recentemente na parceria com a Newave Energia em um investimento bilionário em energia solar. Uma das possibilidades de caminhar para uma produção mais sustentável poderá ser por meio desse tipo de energia? Existem mais planos de ampliar os negócios nesse setor?

Não há a menor dúvida. A Gerdau vem buscando uma matriz energética cada vez mais sustentável. O processo produtivo de sucata requer o uso de energia elétrica, então, nós estamos no início de uma jornada para ao longo dos anos tornar a Gerdau uma usuária de 100% de energia renovável. Eu acho que isso conversa com os planos do Brasil e isso tem crescido.

Temos buscado comprar energias cada vez mais vindas de matrizes solar e eólica, mas dentro do compromisso nosso de crescer a autoprodução de energia, a gente está indo para esse caminho. 50% da energia da Newave vai vir diretamente para a Gerdau, uma energia basicamente de matriz solar. Mas a Newave não vai ser o único caminho nosso. Ela vai ter uma participação relevante, mas, ao mesmo tempo, nós estamos buscando outras alternativas de ter uma matriz cada vez mais renovável. Isso está diretamente relacionado ao nosso plano estratégico e é muito importante dentro do tema da redução de GEE nos escopos 1 e 2.

Na sua avaliação, considerando o cenário atual, a siderurgia conseguirá arcar com a transição para uma produção sustentável sem que isso pese para o consumidor final?

O grande debate da descarbonização é quem vai pagar a conta. Quando você olha as tecnologias que estão começando a aparecer no setor do aço e em outros, elas vão ser tão caras que não

cabem no balanço das empresas. Os clientes, nesse momento, nenhum deles está disposto a financiar essa transformação. Eles também têm seus compromissos de competitividade, têm que sobreviver. Então, se não tiver um debate público mais intenso de criar incentivos públicos que possam promover essa transformação, vai ser muito difícil.

No nosso plano de dez anos, colocamos tecnologias disponíveis e investimentos que caibam no balanço da Gerdau. Então, nós não precisamos de dinheiro público, não precisamos de dinheiro de cliente. Todo esse investimento adicional vai caber no balanço da Gerdau. A gente não pode ficar postergando ações dependendo do dinheiro que não é nosso. Temos um plano muito exequível do ponto de vista de financiamento.

Isso inclui os planos de carbono zero em 2050?

Colocamos um plano mais concreto até 2030 e temos a ambição de chegar até 2050. Na minha opinião, depois de 2030, quando essas tecnologias (de descarbonização) amadurecerem, a tendência é caírem muito de custo. Então, eu acho que a aceleração das novas tecnologias vai permitir que as empresas consigam chegar a esse carbono neutro antes de 2050.

Tudo que nasce de tecnologia nasce mais caro, mas a conta cai, a gente sabe disso. Com a energia solar, por exemplo, o preço do painel caiu dez vezes em dez anos. Então, eu tenho a impressão de que as tecnologias necessárias vão aparecer até 2030, e o investimento vai ser exponencialmente reduzido para poder promover descarbonização sem dinheiro público.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/08/2024

SABESP NEGOCIA EMPRÉSTIMO DE R\$ 1,2 BI PARA DESPOLUIR O TIETÊ

Prazo dos recursos deve ser de dez anos, e outros projetos serão beneficiados

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast)



Empresa de saneamento pretende melhorar qualidade ambiental do rio, conectando residências à rede de esgoto. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

A Sabesp, que foi privatizada há pouco menos de um mês, está em conversas com a International Finance Corporation (IFC), braço de financiamento do Banco Mundial, para um empréstimo de US\$ 215 milhões (R\$ 1,2 bilhão pelo câmbio desta quarta-feira). Os recursos devem ter prazo de dez anos e são ligados a objetivos sustentáveis (ESG, na sigla em inglês).

A Sabesp pretende usar o dinheiro para financiar três projetos da empresa, que movimentou R\$ 14,8 bilhões em uma oferta de ações na B3. Um dos projetos é a limpeza do rio Tietê, em um programa para melhorar a qualidade ambiental do rio, conectando residências aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, evitando assim o despejo de dejetos não tratado em suas águas.

Os outros projetos estão localizados no município de São Paulo, no bairro de Perus, e em Guarulhos. Desenhados para coletar, transportar e tratar águas residuais e esgotos de casas e comércios, os sistemas incluem uma rede de tubulações sob vias públicas, estações de bombeamento de esgoto e tubulações principais que conduzem o esgoto até as estações de tratamento, segundo um documento do IFC.

Empréstimo não seria o primeiro do IFC à Sabesp

O IFC deve avaliar o empréstimo em reunião marcada para o dia 28 deste mês. A Sabesp já pegou outros dois créditos com o Banco Mundial. O primeiro foi em 2022, de US\$ 150 milhões, com recursos usados para projetos de saneamento em Santos e outros locais do litoral do Estado. O segundo foi no ano passado, de R\$ 1 bilhão, dentro das obras para despoluir o rio Pinheiros.

Além dos empréstimos, o IFC ajudou a fazer o modelo da privatização da Sabesp, que passou a ter a Equatorial como sócia, detendo 15% da empresa de saneamento.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 01/08/2024

GOVERNO PEDE AO STF MAIS 45 DIAS PARA ACORDO COM ELETROBRAS SOBRE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA EMPRESA

Prazo já foi prorrogado duas vezes; governo negocia trocar parte das ações que tem na Eletrobras para assumir controle total da Eletronuclear

Por *Lavinia Kaucz (Broadcast)* e *Renan Monteiro (Broadcast)*

BRASÍLIA – O governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), protocolou nesta quinta-feira, 1º, no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para prorrogar por mais 45 dias o prazo para a tentativa de conciliação com a Eletrobras na ação que discute o poder de voto da União no conselho da empresa. A informação foi adiantada pelo Estadão/Broadcast na última terça-feira e depois confirmada em fato relevante pela Eletrobras na quarta-feira.

“Embora seja possível afirmar que as tratativas estão em fase conclusiva do processo conciliatório, é necessário reconhecer que a complexidade intrínseca do caso exige a discussão e a finalização minuciosa de alguns pontos cruciais”, disse o ministro da AGU, Jorge Messias, na petição.

O pedido será analisado pelo relator do caso, Kássio Nunes Marques. O prazo já foi prorrogado duas vezes, por 90 dias cada, desde dezembro.

No ano passado, a AGU ingressou com uma ação no STF alegando que, embora o governo tenha 43% do capital da Eletrobras, há sub-representação no conselho e prejuízo ao Estado.



PKELETRO4 - RJ - 03/08/2022 - ELETROBRAS / FACHADA / RIO - ECONOMIA OE - Fachada do prédio da Eletrobras nesta quarta-feira, 03, no centro do Rio. FOTO: PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Eletronuclear

Como mostrou o Estadão, o governo Lula negocia trocar parte das ações que tem na Eletrobras para assumir o controle total da Eletronuclear. A venda de ações da União na Eletrobras deve ficar entre 1% a 2%, segundo interlocutores do governo ouvidos pela reportagem.

O acordo está no ajuste fino e tem no escopo central a participação da União no Conselho Administrativo da empresa privatizada em 2022. A avaliação é que ambas as partes estão dispostas a ceder nas negociações.

A Eletrobras não tem interesse na Eletronuclear, por sua “estratégia” de energia renovável, apurou a reportagem. A energia nuclear, que tem um urânio na cadeia de suprimento, não é considerada renovável.

Outorga

Além do número de conselheiros, a União deseja que a Eletrobras antecipe parte dos R\$ 32 bilhões que deverão ser pagos pela empresa ao longo de 25 anos a título de outorga. A demanda é que a empresa antecipe cerca de R\$ 26 bilhões, sendo uma parte neste ano e outra no ano que vem. Durante o governo Jair Bolsonaro, no ato da privatização, a empresa antecipou R\$ 5 bilhões.

O Ministério de Minas Energia espera usar esses recursos para reduzir a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que reúne subsídios que encarecem a conta de luz. O governo baixou uma medida provisória em abril prevendo, entre outras medidas, a autorização para que esse valor fosse

antecipado por meio de uma operação de mercado (securitização) – mas essa iniciativa não avançou.

Nesta quinta-feira, 1º, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o processo para a securitização pode ser iniciado independentemente do fechamento do acordo com a empresa sobre o número de cadeiras no Conselho. “Estamos andando para a securitização em paralelo ao acordo”, declarou o ministro em conversa com jornalistas.

As negociações em andamento estão centralizadas em três temas: a participação da União nos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia; a antecipação de recursos devidos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); e venda de ações da Eletrobras para o controle total da União na Eletronuclear.

O ministro Silveira não confirmou o número de cadeiras no conselho, que tende a ficar em três, segundo interlocutores. A pretensão, disse o ministro, é ter proporcionalidade com o número de ações do governo na Eletrobras, em 43%. Para ele, a Eletrobras era a empresa que a União “tinha um braço” no setor elétrico, ao criticar o processo de privatização.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/08/2024

MERCADANTE DIZ QUE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA CARROS ELÉTRICOS PODERIA SER ‘MAIS SEVERO’

Em julho, imposto passou de 10% para 18%; intenção do governo é incentivar a produção de veículos eletrificados no Brasil, atraindo investimentos para o setor

Por Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, avaliou nesta quinta-feira, 1º, que a alíquota do Imposto de Importação para carros elétricos poderia ser “mais severa” e defendeu mais investimentos da China no Brasil. Ele também declarou que o Brasil, por não ter uma capacidade fiscal equivalente aos EUA, deve usar o crédito com “muita inteligência” em áreas estratégicas.

“Agora nós estamos estabelecendo alíquotas e, se dependesse de mim, as alíquotas seriam mais severas. Cotas foram dadas. Você não pode romper uma relação bilateral, ainda mais com um país amigo como é a China”, afirmou, em evento de celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China.



A defesa do governo é incentivar a produção de veículos eletrificados no Brasil, atraindo investimentos para o setor. Em julho, o imposto passou de 10% para 18%. A perspectiva é atingir 35% em julho de 2026. As importações de carros elétricos neste ano “cresceram 440%”, declarou Mercadante.

Mercadante defende que BYD produza ônibus elétrico e carro híbrido no Brasil Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

“Não nos interessa importar carro elétrico. Isso é um momento passageiro. Nós queremos investimento no Brasil. Queremos que a BYD produza aqui, ônibus elétrico e o carro híbrido”, disse.

A BYD e o governo da Bahia formalizaram em março o processo de compra e venda do terreno onde funcionará a fábrica da montadora chinesa em Camaçari, próximo a Salvador. Mercadante falou da necessidade de “botar de pé” a fábrica quanto antes, para entregar “um carro sinobrasileiro”.

“Os EUA (estão) fazendo um Plano Marshall para se reindustrializar, a Europa segue (com investimento no setor). E nós não temos a mesma capacidade fiscal, então temos que ter muita inteligência para usar o crédito em áreas estratégicas, como é inovação do BNDES, a TR, e o Fundo Clima”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/08/2024

PETROBRAS ELEVA PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM 7,1%; ALTA ACUMULADA NO ANO É DE 0,8%

Segundo a estatal, houve uma redução acumulada de 18,9% no preço do combustível desde dezembro de 2022, o que equivale a um decréscimo de R\$ 0,96/litro
Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A Petrobras aumentou nesta quinta-feira, 1^o, o preço do querosene de aviação (QAV) em cerca de 7,1%, depois de já ter reajustado para cima o combustível em 3,2% em julho. Ao contrário da gasolina e do diesel, o preço do QAV é reajustado mensalmente por contrato junto às distribuidoras.

Antes do reajuste, o combustível ainda mantinha uma redução acumulada de 5,8% desde o início do ano. A empresa ainda não divulgou oficialmente o reajuste, mas publicou a nova tabela em seu site.

Com a alta de 7,1%, o combustível deixou o terreno negativo e subiu 0,8% no acumulado do ano. O aumento significa um acréscimo de R\$ 0,27 por litro do QAV. No ano, a alta de 0,8% representa mais R\$ 0,03 por litro, informou a estatal.



Petrobras comercializa o QAV produzido em suas refinarias ou importado apenas para as distribuidoras Foto: Pedro Kirilos/Estadão

“No comparativo desde dezembro de 2022, houve uma redução acumulada de 18,9%, o que equivale a um decréscimo de R\$ 0,96/litro”, destacou a companhia.

A Petrobras comercializa o QAV produzido em suas refinarias ou importado apenas para as distribuidoras, que por sua vez transportam e comercializam os produtos para as empresas de transporte aéreo e outros consumidores finais nos aeroportos, ou para os revendedores.

“Importante ressaltar que o mercado brasileiro é aberto à livre concorrência, e não existem restrições legais, regulatórias ou logísticas para que outras empresas atuem como produtores ou importadores de QAV”, afirmou.

A Refinaria de Mataripe, na Bahia, controlada pela Acelen, braço do fundo de investimento árabe Mubadala, reajustou nesta quinta o preço do QAV em 8%, para R\$ 4.095,00 o metro cúbico (m³).

Após as fortes enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio, o Estado figura como o mercado onde o QAV está mais caro, sendo encontrado a R\$ 4.255,40 o metro cúbico (m³) no município de Canoas. O mais barato foi registrado em São Luís, no Maranhão, a R\$ 3.982,40 o m³.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/08/2024

ANÁLISE - LULA INSISTE NA QUEDA DOS JUROS, MAS É O PRINCIPAL FORNECEDOR DAS RAZÕES PARA A SELIC ALTA

A insegurança em relação às perspectivas fiscais do Brasil é certamente um dado fundamental na decisão do Copom de manter a taxa de juros em patamar elevado

Por Rolf Kuntz

Faltou uma dedicatória ao presidente Lula, mas o Comitê de Política Monetária do Banco Central foi bastante claro ao anunciar a manutenção dos juros básicos em 10,5%. Desta vez, o recado ao governo envolveu mais que a cobrança habitual de um cuidado maior com suas contas. O País

precisa de uma política fiscal “crível” e comprometida com a sustentabilidade da dívida, segundo o Copom. A cobrança de credibilidade confere um tom especialmente severo à nota publicada logo depois da reunião do Comitê, nesta quarta-feira, 31.

A preocupação com as contas públicas tem aparecido regularmente, há muito tempo, nos comunicados e atas do Copom. Referências às condições internacionais também têm sido costumeiras, quando se trata de explicar as decisões sobre juros. Mas a repetição desses detalhes - e da cautela na política monetária - pode parecer surpreendente quando se considera a nova composição do Copom, agora integrado por diretores ligados ao governo petista. Um desses novos integrantes, indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é o economista Gabriel Galípolo, ocupante da especialíssima posição de diretor de Política Econômica do BC.



Lula já anunciou a disposição de tocar sua política de acordo com seus padrões habituais Foto: Wílton Junior/Estadão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode persistir em sua aversão ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, e manter a disposição de substituí-lo, no fim do ano, por alguém alinhado a suas concepções. Mas talvez devesse perguntar-se por que Galípolo, figura de confiança do ministro da Fazenda, se dispôs a prolongar a política monetária restritiva, claramente contrária às habituais bandeiras petistas. Talvez devesse perguntar-se, também, por que até o ministro da Fazenda tem mostrado tolerância ao controle monetário imposto pelo BC. Mais que isso, talvez devesse perguntar-se por que o ministro Haddad tem trabalhado tão intensamente pelo equilíbrio fiscal. Estará o governo lulopetista assolado por uma imprevista e misteriosa epidemia de reacionarismo?

Sem responder a essas perguntas, o presidente já anunciou a disposição de tocar sua política de acordo com seus padrões habituais. Fez uma clara promessa de ganância, mesmo sem pronunciar essa palavra. A famigerada turma do mercado reagiu com rapidez, de modo nada surpreendente, e o câmbio logo refletiu a nova onda de insegurança. O ministro da Fazenda persistiu, no entanto, na ideia de arrumação das contas públicas, embora ajustando seu compromisso a uma política mais flexível.

Mas a política fiscal depende apenas parcialmente dos ministros econômicos. A gestão das contas públicas envolve, além das negociações habituais com deputados e senadores, o atendimento às decisões e às pretensões do presidente da República. A disposição ministerial de frear a ganância é apenas, portanto, um dos componentes do quadro. Não está claro se a cobrança de credibilidade, um dos tópicos mais importantes da nota do Copom, é dirigida aos ministros da Fazenda e do Planejamento, ao chefe de governo ou ao conjunto das autoridades com poder de influenciar a despesa. Bastaria, no entanto, a disposição exibida pelo presidente para justificar a menção ao problema da credibilidade.

Esse problema explica, em boa parte, a dificuldade encontrada pelo Copom para reduzir os juros básicos da economia. Vários outros fatores - internos e externos - dificultam essa decisão, como será bem claro no informe divulgado pelo Comitê. Bastaria pensar na política de juros do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, para perceber os obstáculos encontrados no mercado internacional. Mas a insegurança em relação às perspectivas fiscais do Brasil é certamente um dado fundamental.

O presidente Lula pode até manifestar, de vez em quando, a disposição de apoiar a busca do equilíbrio das contas federais. Pode aconselhar ministros a ajustar suas políticas ao arcabouço fiscal defendido pela Fazenda. Não há, no entanto, como levar a sério eventuais promessas de austeridade do presidente da República. Promessas desse tipo, além de raras, são geralmente acompanhadas de indisfarçável má vontade. O resumo da história é tão simples quanto evidente. Não basta o presidente insistir no afrouxamento da política de juros quando ele mesmo é o principal fornecedor de razões para a manutenção de juros elevados.



Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/08/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

NOVOS PROJETOS EM MG, GO, TO E SP INTERESSAM, MAS ECORODOVIAS SERÁ SELETIVA, DIZ PRESIDENTE

“Sobre reciclagem de portfólio, venda de participações, é discussão, estamos analisando as melhores formas”, explicou Marcelo Guidotti
Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O presidente da Ecorodovias, Marcelo Guidotti, afirmou em teleconferência que a empresa segue seletiva para novos leilões, mas tem estudado novos projetos.

“A companhia seleciona os projetos com alguns critérios: os mais relevantes, os que têm mais potencial de sinergias, menos competição. E outras vertentes, cada projeto tem um tipo de ‘capex’ [investimento], uma complexidade. Estamos selecionando e acompanhando o andamento do mercado, é mercado que continua constante de oportunidades”, disse ele, em teleconferência com analistas realizada nesta quinta-feira (01).

“Obviamente estamos presentes em regiões centrais, Minas, Goiás, Tocantins, também São Paulo. São regiões que nos interessam, temos que ser seletivos, estamos estudando um bom número de projetos para, no momento certo, fazer a escolha correta. Não temos [os projetos] selecionados, estamos acompanhando e estaremos prontos na hora certa”, disse ele.

Questionado por analistas sobre a possível venda de ativos, Guidotti disse que é uma discussão, mas que não há nada concreto.

“Sobre reciclagem de portfólio, venda de participações, é discussão, estamos analisando as melhores formas. A discussão tem que ser feita em conjunto com novos negócios, são discussões que são levadas, discutidas. Acho que assim que as coisas ficarem mais claras ou boas oportunidades surgirem, vamos avançar. De concreto não temos nada”, disse.

Renovação do Ecoporto

Guidotti afirmou que a empresa tem até dezembro para avançar com as discussões sobre a renovação do Ecoporto, concessão de um terminal no Porto de Santos que já teria vencido, mas que segue em curso por meio de liminares dadas pelo governo.

“Temos até dezembro para avançar em potencial renovação, apresentamos o plano de investimentos, mas ambiente é de debates sobre a melhor alternativa para todo o Porto de Santos. A discussão é bem ampla, não somos a parte mais importante de toda essa discussão, mas é uma realidade positiva, estamos discutindo plano de investimentos e vamos ver se temos novidades nos próximos meses”, disse ele.

Em relação aos reequilíbrios do contrato, o presidente diz que há ao menos um crédito já reconhecido, que terá que ser equalizado de qualquer forma, seja no âmbito de renovação ou de uma relicitação do ativo. Há um segundo potencial desequilíbrio em discussão na Justiça. A empresa já teve uma derrota na primeira instância e recorreu na segunda instância.

Alavancagem financeira

A Ecorodovias prevê que entre 2027 e 2028 atingirá seu pico de alavancagem financeira, com indicadores entre 4 vezes e 4,5 vezes da dívida líquida pelo Ebitda, segundo afirmou Andrea Fernandes, diretora financeira da empresa, durante a teleconferência.

A companhia encerrou o segundo trimestre deste ano com um índice de 3,3 vezes, um pouco abaixo do patamar de 3,4 vezes registrado no trimestre anterior.

“À medida que vai implementando o ‘capex’ [investimentos] principalmente das últimas três concessões, Araguaia, Rio Minas e Econoroeste, sem dúvidas vai ver um incremento de alavancagem. O pico deve acontecer entre 2027 e 2028 e o consolidado pode atingir entre 4 vezes e 4,45 vezes da dívida líquida/Ebitda”, disse ela.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/08/2024

MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,47% NA BOLSA DE DALIAN

Contratos para janeiro de 2025 fecharam a 767 yuans (US\$ 106,22) por tonelada

Por Valor — São Paulo

Os futuros do minério de ferro negociados na bolsa chinesa de Dalian subiram em meio ao sentimento positivo dos investidores, mas devem ficar voláteis no curto prazo já que os estoques nos portos da China permanecem elevados.

Os contratos para janeiro de 2025, os mais negociados, fecharam em alta de 2,47%, a 767 yuans (US\$ 106,22) a tonelada.

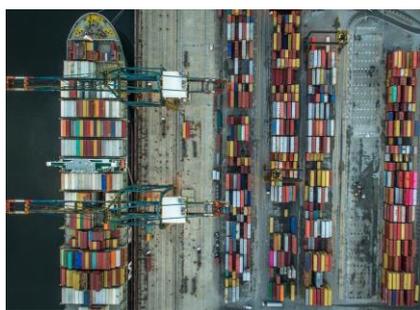
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/08/2024

A OPORTUNIDADE DE PRECIFICAR AS EMISSÕES DO TRANSPORTE MARÍTIMO

Setor é grande poluidor, produzindo quase metade das emissões anuais de gases de efeito estufa do Brasil

Por Marcelo Rocha



A oportunidade de precificar as emissões do transporte marítimo — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

Lidar com as alterações climáticas é dispendioso, e os governos de todo o mundo procuram fontes de financiamento para pagar os crescentes custos climáticos. Uma área inovadora é a tributação global sobre indústrias poluentes, da qual o Brasil se tornou, nos últimos anos, um dos principais defensores nos fóruns climáticos da ONU.

A fixação de preços dos gases de efeito estufa provenientes das indústrias não é novidade. É uma abordagem testada e comprovada em muitos países e regiões do mundo para ajudar a impulsionar a transição para emissões zero. Mas, a nível internacional, ainda esperamos pacientemente que esta abordagem de bom senso seja implementada pela primeira vez.

A oportunidade mais próxima para isso está se apresentando para uma indústria da qual talvez não ouçamos falar com frequência: o transporte marítimo internacional, regulado globalmente pela Organização Marítima Internacional (IMO) da ONU, em Londres. Enquanto a IMO se reúne novamente de 23 de setembro a 4 de outubro para avançar nesta lei climática crucial, o Brasil não deve perder a oportunidade de apoiar uma taxa global para as emissões do transporte marítimo. Esta medida pode ajudar a cumprir a justiça climática e tornar o comércio global mais resiliente às mudanças climáticas no futuro.

É uma grande oportunidade para pensar mecanismos como o acordo de perdas e danos que foi ratificado na última conferência de clima em Dubai, caminho que tem sido construído para apoiar países mais vulneráveis às ações extremas da emergência climática iminente em todo planeta. Da mesma forma que o financiamento climático, ele se torna um mecanismo importante para pensar um futuro econômico e social com equidade.

No ano passado, o Brasil fez parte de um compromisso histórico da IMO de reduzir as emissões do transporte marítimo a zero até 2050, de uma forma que seja equitativa e não deixe nenhum país para trás. O transporte marítimo é um grande poluidor, produzindo quase metade das emissões anuais de gases de efeito estufa do Brasil. Em outras palavras, se limpamos o transporte marítimo, reduziremos a poluição equivalente à metade do que produzimos no Brasil por ano.

O transporte marítimo também tem funcionado em grande parte isento de impostos, o que significa que não é obrigado a pagar qualquer imposto global devido à sua dependência excessiva dos combustíveis fósseis, destruindo o nosso planeta “de graça”. A IMO e seus 175 Estados-membros concordaram que a consecução desta meta exigirá alguma forma de fixação de preços das emissões, ou uma “medida econômica”, que será adotada em abril de 2025.

Uma taxa global - por exemplo, uma taxa universal que a indústria pagaria por tonelada de emissões produzidas pelos seus navios movidos a combustíveis fósseis - é a abordagem mais favorecida após a última ronda de negociações em março. A abordagem tributária é apoiada por muitos Estados do Sul Global, especialmente no Pacífico e na América Latina, bem como na Europa e em África, pois estimula a economia nesses países e incentiva um mercado mais verde.

O principal benefício da taxa é que proporciona um incentivo de mercado às companhias marítimas para trocarem os combustíveis fósseis baratos, mas sujos, que utilizam atualmente, por alternativas mais limpas, mas ainda mais caras. Os maiores proponentes deste mecanismo na IMO - As Ilhas e Estados do Caribe e as Ilhas do Pacífico - acreditam que um preço de imposto de US\$ 150/tonelada de emissões é suficientemente forte para impulsionar esta transição necessária. A sua proposta geraria US\$ 60-80 bilhões em financiamento por ano, de acordo com as estimativas do Banco Mundial, o que é necessário para garantir a transição equitativa da indústria.

Isto significa investir na atualização do transporte marítimo para soluções e energia com emissões zero, melhorar a resiliência climática dos portos e das cadeias de abastecimento e financiar um desenvolvimento sustentável mais amplo, especialmente em países que não têm financiamento suficiente para assumir estes custos por si próprios, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e Países Menos Avançados (PMA) na América Latina, África e Sul da Ásia.

O Brasil se comprometeu muitas vezes com os princípios de justiça e equidade climáticas e agora pode colocar suas palavras em ação. Mas, até agora, o governo tem sido bastante frio relativamente à ideia de uma taxa de transporte marítimo da IMO.

Os delegados do Brasil na IMO, liderados pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Marinha, têm citado preocupações com os efeitos potenciais que a transição do transporte marítimo para emissões zero pode ter sobre os custos das exportações e importações do Brasil. Fato que interfere diretamente em políticas propostas pelo atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a chamada “taxa das blusinhas”, que é a cobrança do Imposto de Importação de 20% sobre produtos adquiridos por pessoas físicas em plataformas no exterior, com valor de até US\$ 50 (antes isentos).

Então você pode se perguntar o que isso traz para “nós”? Como dizem os principais economistas do mundo, os custos da inação climática são muito mais elevados do que os custos da ação - e isto também se aplica ao transporte marítimo. A pesca é uma indústria vulnerável ao clima, como demonstrado pela recente crise de seca no Canal do Panamá, criando um enorme estrangulamento comercial para a América do Sul. Até 2026, o custo do risco ambiental para as cadeias de abastecimento será projetado para US\$ 120 bilhões.

O Brasil pode agir agora e investir em preparar o comércio global para o futuro, melhorar a sua resiliência e tornar o desenvolvimento mais acessível ou enfrentar uma fatura muito mais elevada no futuro, num futuro incerto de perturbações na cadeia de abastecimento, estrangulamentos e custos comerciais voláteis decorrentes das alterações climáticas.

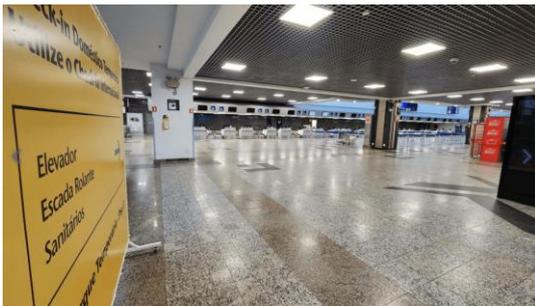
Fazer com que o transporte marítimo global pague pela sua poluição por meio de um imposto é uma forma necessária, de bom senso e justa para ajudar a limpar este enorme poluidor de uma forma que apoie os mais vulneráveis. Em meio a busca por um financiamento climático nas cúpulas do clima, as respostas podem estar em inovação na indústria e um entendimento comum que não existe mais como olhar a questão climática como uma especialidade apenas, mas como oportunidade de criar novos futuros.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 01/08/2024

GOVERNO DEVE PRESSIONAR ANAC E FRAPORT PARA ACELERAR A RETOMADA DE VOOS NO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE

Principal terminal aéreo do RS, o Aeroporto Salgado Filho está fechado há quase 90 dias por causa das fortes chuvas que atingiram o Estado

Por Renan Truffi, Valor — Brasília



Área de embarque do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre — Foto: Divulgação/Fraport

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda acionar a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para acelerar a retomada dos voos no Aeroporto Salgado Filho, o principal terminal aéreo do Rio Grande do Sul. Localizado na região metropolitana de Porto Alegre (RS), o Salgado Filho está fechado há quase 90 dias por causa das fortes chuvas que atingiram o Estado e deixaram tanto os

terminais quanto as pistas inundados.

Segundo fontes da cúpula do governo, a gestão petista quer que a Anac e a companhia alemã Fraport, responsável pelas operações no Salgado Filho, façam a divisão e operacionalização dos "slots" o quanto antes. Um slot aeroportuário é a permissão dada para que uma operação planejada por uma empresa aérea possa usar toda a infraestrutura do aeroporto.

O objetivo da pressão é fazer com que o prazo anunciado pelo governo para a retomada dos voos seja cumprido. Recentemente, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), divulgou que as operações no Salgado Filho seriam retomadas parcialmente a partir de outubro.

Na ocasião, ele disse que ficou estabelecido, após uma reunião com a Fraport, que as operações aéreas seriam retomadas de forma parcial no aeroporto – com 50 voos diários ou 350 voos semanais. "Até dezembro, o aeroporto estará 100% reaberto e funcionando como estava antes", disse Costa Filho no início do mês.

Apesar disso, até agora, as companhias aéreas não puderem voltar a fazer a venda de bilhetes de voos justamente em razão da falta da divisão dos "slots".

Fraport pede compensação

Há alguns meses, a Fraport vem solicitando ao governo federal uma espécie de compensação pelas perdas geradas com a inundação. O valor requerido pela empresa gira em torno de R\$ 700 milhões.

Sobre isso, integrantes do governo dizem que aproximadamente R\$ 200 milhões devem ser pagos pela seguradora do aeroporto. O restante da verba será complementado por investimentos que já estavam previstos para serem feitos pela União, como parte do contrato de concessão.

Ainda assim, interlocutores admitem que esses investimentos não devem alcançar os quase R\$ 500 milhões que são necessários para a reconstrução da infraestrutura aeroportuária. Diante disso, o governo federal deve procurar o Tribunal de Contas da União (TCU) para saber como resolver o impasse.

"Foi solicitado o valor de R\$ 700 milhões pela Fraport, uma parte já está consolidada pelas seguradoras. Outras partes estão sendo discutidas juridicamente. O reequilíbrio é porque a concessionária está solicitando recursos que a seguradora pode não vir a pagar", explicou Silvio Costa Filho, no início deste mês.

Enquanto as operações não forem retomadas completamente no aeroporto, os voos continuarão a partir da Base Aérea de Canoas, que vem funcionando de forma emergencial. "A Fraport dividiu a operação [no aeroporto] em duas etapas. A primeira etapa, que será reaberta agora em outubro, é por meio de 1.700 metros [de pista]. A segunda etapa, de quase 2 mil metros [de pista], é a parte que será reaberta em dezembro. Nossa meta é que as operações funcionem das 10h às 22h", acrescentou o ministro.

Procurada, a Anac informou que a homologação da pista do Salgado Filho só será feita após a certificação de que a estrutura atende a padrões de segurança. A agência acrescentou que a venda de passagens com origem e destino no terminal deve ser retomada "após a declaração de capacidade do aeroporto e disponibilidade da infraestrutura".

A agência disse ainda que "acompanha o andamento das tratativas e dos trabalhos para a recuperação da pista do Aeroporto Salgado Filho a fim de garantir a máxima rapidez e a segurança operacional possível no processo".

Já a Fraport não respondeu às solicitações do Valor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CANAL DO PANAMÁ ANUNCIA NOVO MÉTODO DE ALOCAÇÃO DE SLOTS DE LONGO PRAZO PARA NAVIOS NEOPANAMAX

Da Redação Navegação 01/08/2024 - 19:46



O Canal do Panamá anunciou nesta quinta-feira (1), por meio de um Aviso à Navegação, a introdução de um Método de Alocação de Slots de Longo Prazo (LoTSA) para navios Neopanamax, como parte do Sistema de Reserva de Trânsito, para aumentar a certeza e a flexibilidade do trânsito para os clientes.

Atualmente, a oferta de slots no Sistema de Reserva de Trânsito é feita diariamente com um período de antecipação antes da data de trânsito necessária.

Por meio desse método, diversos pacotes de reservas de horários de trânsito correspondentes a janeiro do ano seguinte serão oferecidos a diferentes segmentos de mercado; ou seja, um único cliente poderá obter diversas reservas em uma única transação.

Cada pacote incluirá um número específico de slots com frequência semanal ou mensal por ano, tanto para trânsitos no sentido norte quanto no sentido sul.

Esses pacotes e suas características serão anunciados por meio da Projeção de Disponibilidade do Slot de Reserva publicada no site pancanal.com e serão concedidos ao maior lance por meio de um leilão.

O valor do leilão do lance lacrado se referirá ao valor máximo que o cliente está disposto a pagar por cada slot incluído no pacote com uma base inicial de US\$ 200 mil.

Elas são divididas em:

Período 1 (para reservas 90 dias antes do trânsito)

Período 1A (para reservas de 30 a 15 dias)

Período 2 (para reservas entre 14 e 8 dias)

Período 3 (para reservas de 7 a 2 dias).

O método LoTSA é adicionado a estes com disponibilidade dentro dos vários pacotes de slots.

Os leilões serão realizados a partir de 2 de setembro. As datas de reserva começarão em 5 de janeiro de 2025 e terminarão em 3 de janeiro de 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/08/2024

VTMIS DO PORTO DE SANTOS ENTRA EM NOVA FASE

Da Redação Portos e logística 01/08/2024 - 19:12



A Superintendência de Operações da Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Fundação Ezute realizaram em julho uma reunião que marcou o início da nova fase de implantação do Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS) do Porto de Santos.

Foram definidas as alterações nas arquiteturas física e funcional do sistema que serão necessárias para ajustar o projeto básico, desenvolvido e entregue pela Fundação Ezute no ano de 2022 e aprovado pela diretoria da APS em 2023.

A Fundação Ezute foi contratada pela APS para auxiliar no planejamento e condução do procedimento licitatório que resultará na contratação de empresa para a Implantação do VTMIS do Porto de Santos. A assessoria envolve apoio às fases preparatória e externa do processo licitatório mediante definição de critérios de medição e julgamento das propostas, elaboração de orçamento de referência e acompanhamento técnico especializado nas diversas fases.

Segundo o Gestor VTMIS da APS, comandante Marden, “a contratação de uma empresa especializada para assessoria no processo licitatório é mais um passo importante para avançarmos na implementação desse tão importante sistema de controle do tráfego de embarcações para o Porto de Santos”. Ele destaca, ainda, os esforços realizados pela APS para utilização dos terrenos onde serão instaladas as estações radar, a solicitação das dispensas ambientais pelo órgão estadual e a concessão da licença de implantação pela Marinha do Brasil.

“Ficamos muito satisfeitos com a confiança da APS no trabalho da Fundação Ezute em apoiá-los nessa fase decisiva do projeto. Entendemos que é de suma importância a integração das equipes da Fundação Ezute e da APS para consolidarmos prontamente os ajustes técnicos no projeto e no cronograma de implantação do VTMIS.”, destaca Claudia Tocantins, gerente de Projetos da Fundação Ezute.

O VTMISS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade para prover o monitoramento ativo (em tempo real) do tráfego aquaviário. O sistema caracteriza-se por ser uma ferramenta de gerenciamento e compartilhamento de dados, integrando um grande volume de informações provenientes de dispositivos e sensores. O objetivo do sistema é garantir a segurança e eficiência da navegação e das operações portuárias, a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/08/2024

AUMENTO DA MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DEMANDA GESTÃO DE RISCO MAIS EFICAZ

Por Fernando Fuertes Opinião 01/08/2024 - 19:01



Os portos brasileiros têm apresentado um crescimento substancial na movimentação de cargas. Somente nos primeiros quatro meses deste ano foi registrado um aumento de 5,92% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso representa 413,5 milhões de toneladas movimentadas. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e reforçam a projeção do Ministério de Portos e Aeroportos de fechar 2024 com uma expansão de pelo menos 6%.

Este crescimento é extremamente positivo, pois representa uma movimentação também na economia do país. Por outro lado, do ponto de vista da operação portuária, é um aumento que vem com desafios para a manutenção da segurança, que precisa ser mantida em patamares adequados, mesmo diante do crescente volume operacional.

Na prática, isso significa que os esforços de gestão de riscos devem acompanhar esse crescimento com planos e ações preventivas e atenção na qualidade em todos os detalhes das movimentações de cargas. A começar pelos equipamentos e acessórios utilizados nesta tarefa.

A elevação de cargas é uma característica elementar de qualquer porto. É um trabalho marcado por uma grande variedade de materiais, desde produtos a granel até grandes contêineres. Para cada um deles, um tipo diferente de técnica e de equipamento deve ser acionado. Assim, a segurança dessa operação passa por garantir o perfeito estado dos materiais utilizados, sempre a partir de normas técnicas específicas.

Profissionais qualificados

Com isso, a segurança da operação requer a qualificação dos profissionais, a inspeção regular dos equipamentos, as manutenções preditivas e preventivas, além de treinamentos contínuos. Tudo isso deve convergir para uma série de processos pensados para garantir a eficiência e a segurança. São procedimentos que devem seguir um plano de gestão de riscos de acordo com cada situação.

Por outro lado, é importante que este gerenciamento de riscos não permaneça estagnado. Operações de movimentação de cargas em portos são extremamente dinâmicas, especialmente por causa da citada grande variedade de materiais transportados e movimentados entre embarque e desembarque. Assim, a permanente atualização de procedimentos, ao lado de um cronograma de treinamento e capacitação contínuos, se torna essencial para garantir agilidade e adaptação sem que isso represente riscos à segurança.

Manter essa atualização permanente representa um esforço que pode muitas vezes demandar a visita técnica de consultorias externas, capazes de avaliar a qualidade dos processos em todas as etapas da operação, propor melhorias, atualizar sobre normas regulatórias, indicar procedimentos mais eficientes e oferecer treinamento específico.

A gestão de segurança na movimentação de cargas em portos é um fator crucial para proteger vidas e garantir eficiência. É uma questão crítica que se torna ainda mais relevante frente ao cenário de aumento das movimentações.

Se em condições normais isso requer atenção, observância rígida de normas, procedimentos claros e planejamento para mitigar riscos, em uma realidade de aumento das movimentações os esforços de segurança devem ser redobrados e planejados a partir de projeções que considerem eventual ampliação dos riscos. É esse cuidado que garantirá a continuidade desse crescimento tão positivo.



da Acro Cabos

Fernando Fuertes é engenheiro e Desenvolvedor de Novos Negócios

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/08/2024

RINA VAI LEVAR INOVAÇÕES EM SUSTENTABILIDADE À NAVALSHORE 2024

Por Lorena Parrilha Teixeira Especial Navalshore 01/08/2024 - 19:03



Software que aumenta a segurança operacional das empresas criado pela Rina vai ser apresentado na feira entre os dias 20 e 22 de agosto, no Rio de Janeiro

A Rina, membro fundador da Associação Internacional de Sociedades de Classificação, participará na Navalshore 2024. A empresa, que opera em nome de 122 autoridades de bandeira, fornecerá serviços de classificação legal e certificação, além de diversos serviços para a indústria naval. Entre os serviços oferecidos pela Rina estão consultoria de engenharia, conservação ambiental e eficiência energética, abrangendo desde pesquisas anuais até sistemas de gerenciamento de segurança, certificação de materiais e equipamentos.

No evento, a Rina apresentará seus serviços de consultoria para o setor marítimo, incluindo projetos de engenharia, consultoria técnica, análise de front-end, análise de CFD, manutenção baseada em condições e riscos para equipamentos e sistemas, aprovação de desenhos e vistorias em nome do proprietário durante a construção.

Também serão demonstrados serviços de operação e gerenciamento, como gerenciamento de projetos, suporte técnico para armadores, preparação de especificações técnicas, conversão e atualização de navios, extensão da vida útil dos navios, assistência para otimização do consumo de energia e adoção de combustíveis alternativos, além de soluções de treinamento.

A Rina destacará seu software Leonardo Info, que oferece acesso a relatórios de pesquisa e histórico de navios, aumentando a segurança operacional, a eficiência e a lucratividade. A empresa também apresentará o SERTICA Suite, que inclui aplicativos para gerenciamento de desempenho de frota em tempo real, diário de bordo eletrônico e dispositivos de inspeção remota, otimizando as operações e o desempenho das empresas.

Com uma rede global, a Rina se compromete com a descarbonização e o desenvolvimento de soluções sustentáveis para a indústria naval. Na Navalshore 2024, a empresa busca mostrar como suas competências multidisciplinares contribuem para um futuro mais sustentável.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/08/2024

NORBE IX DA FORESEA REALIZARÁ OPERAÇÕES AUTOMATIZADAS NA PERFURAÇÃO OFFSHORE

Da Redação Offshore 01/08/2024 - 19:05



Após quase dois anos de testes e planejamento, o navio-sonda "Norbe IX", da Foresea, está prestes a iniciar suas operações de perfuração offshore com total automação. A embarcação recebeu equipamentos de última geração desde fevereiro deste ano e deve concluir a implementação total da tecnologia até o fim do segundo semestre de 2024. Com esses equipamentos, a "Norbe IX" será capaz de perfurar poços de petróleo com mais eficiência e sem a necessidade de intervenção humana na chamada red zone, a área de mais alto risco no navio durante as perfurações.

A nova tecnologia de automação, desenvolvida em parceria com a fabricante norueguesa HMM, é composta pela plataforma Deal (Drilling Equipment Automation Layer) e dois sistemas operacionais: CADs 2.0 e Drillers Assist. O primeiro comanda a automação dos equipamentos que participam da perfuração, enquanto o Drillers Assist utiliza inteligência artificial para auxiliar o driller, o profissional que opera a construção do poço de uma cabine de comando na área operacional.

Heitor Gioppo, COO da Foresea, destacou que com a nova tecnologia, o sondador, responsável por comandar manualmente as operações de perfuração, passará a monitorar e validar operações realizadas de forma automática, ganhando mais precisão, eficiência e segurança.

Clarisse Rodrigues, Rig Manager da "Norbe IX", ressaltou que a sonda será a primeira no Brasil e uma das únicas no mundo a contar com operações totalmente automatizadas. Rodrigues comparou a automação com o piloto automático de um carro, explicando que o operador da sonda passará a contar com um dispositivo similar, o que resultará em um aumento consistente de desempenho e segurança para toda a tripulação.

Os primeiros testes de fábrica para a implantação da nova tecnologia foram realizados em 2023, de forma simulada na Noruega. Um grupo de engenheiros e técnicos teve o primeiro contato prático com a tecnologia, testando-a em um simulador 3D que reproduz com exatidão o ambiente e a operação de perfuração da "Norbe IX", que hoje se encontra na Bacia do Espírito Santo, a serviço da Petrobras.

A Foresea opera com cinco sondas próprias no país e acaba de completar um ano com 100% de sua frota contratada. No ano passado, a organização reaproveitou 100% dos resíduos no setor de perfuração offshore brasileiro, tanto das sondas como das bases terrestres. A gestão de resíduos é direcionada por dois objetivos: reduzir a geração, principalmente por meio da tecnologia, e otimizar a destinação com reaproveitamento, zerando totalmente o envio de resíduos para aterros sanitários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/08/2024

PROJETO DE TUP DE GRANÉIS SÓLIDOS NO MARANHÃO SEGUE PARA MPOR

Por Danilo Oliveira Portos e logística 31/07/2024 - 23:17



Arquivo/Divulgação Emap

Diretoria da Antaq reconheceu possibilidade de contrato de adesão entre ministério e empresa BR Infra Terminais. Localização gerou manifestações ao longo da tramitação na agência

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) reconheceu a possibilidade de celebração de contrato de



adesão entre o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a empresa BR Infra Terminais, que possui projeto para a construção e exploração de um terminal de uso privado, localizado em São Luís (MA). O TUP a ser implantado foi idealizado para movimentação de granéis sólidos minerais e vegetais. O valor estimado do investimento é de R\$ 1,26 bilhão e seu prazo de execução é de 30 meses.

Durante o processo a empresa Geração de Energia (GDE), titular de instalação flutuante (FSRU) e a Vale, titular do TUP TMPM (Terminal Marítimo de Ponta da Madeira), manifestaram-se sobre o projeto da BR Infra, indicando impactos operacionais e de segurança à navegação pelas interferências decorrentes da proximidade do berço de atracação do terminal da mineradora e de suposta "invasão" do canal de acesso à Baía de São Marcos, além de apontar outros problemas.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, revisor do processo, determinou que o MPor seja informado que não foi realizada análise concorrencial ou exame dos impactos decorrentes da outorga em contratos de arrendamento existentes no porto organizado de Itaqui que realizem as mesmas operações. No acórdão, Nery solicitou que o ministério seja alertado sobre a controvérsia envolvendo o domínio e direito de uso da área. As empresas BR Infra Terminais, Vale. e GDE deverão ser notificadas da decisão, publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (31). A decisão foi tomada em reunião telepresencial no último dia 25 de julho.

Em seu voto, o diretor-relator do processo, Alber Vasconcelos, informou que a BR Infra empreendeu ajustes locacionais em seu projeto original, deslocando-o 400 metros a sudeste, após a manifestação dos demais terminais da região e das autoridades intervenientes, além da recomendação de mitigação da interferência nas manobras de navios proposta pela Associação dos Práticos do Estado do Maranhão (ApeM).

De acordo com o relator, paralelamente, a GDE sinalizou a possibilidade de modificação geográfica do seu empreendimento, com deslocamento de 100 metros ao norte, o que, somado ao deslocamento de 400 metros do projeto da BR Infra, totalizaria um distanciamento entre os projetos de aproximadamente 500 metros. Vasconcelos relatou que, após o acordo sobre o deslocamento das instalações, a BR Infra e a GDE ratificaram o encerramento do potencial conflito locacional junto à Antaq. No entanto, a Vale manifestou que ainda persistia a necessidade de reposicionamento dos projetos da BR Infra e da GDE e suas áreas de manobras para fora da bacia de evolução do TMPM.

A instalação portuária pretendida está localizada fora da poligonal de porto organizado e totaliza área de 460.708,12 m², sendo 357.304,12 m² em terra aforada e 103.404,00 m² de acostagem. O escopo prevê a movimentação de 44 milhões de toneladas/ano de granéis, sendo 35 milhões ton/ano de minério de ferro, 6 milhões ton/ano de grãos (soja e milho) e 3 milhões ton/ano de fertilizantes, com capacidade estática de 1.134.600 toneladas de minério de ferro, 70 mil toneladas de grãos e 40 mil toneladas de fertilizantes.

A instalação portuária prevê estruturas onshore, compostas por áreas de armazenamento para os três tipos de carga (armazém para grãos, armazém para fertilizante e pátio para minério de ferro), movimentações internas de cargas e edificações administrativas e de apoio, com recebimento das cargas pelos modais rodoviário e ferroviário e, excepcionalmente, por meio de correias transportadoras, e estruturas offshore compostas pela ponte de acesso, plataforma de transição e três berços para atracação de embarcações exclusivo para cada um dos tipos de carga: berço 1 (fertilizantes), berço 2 (grãos) e o berço 3 (minério de ferro).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/07/2024





INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 068/2024
Página 67 de 67
Data: 01/08/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 01/08/2024